

CEIDI - P. 1 B
DATA 23 06 86
COD. AWJ 11

O TERRITÓRIO ARAWETÉ

Proposta de eleição da área indígena Araweté, P.I.A. Inixuna, Ajudância de Altamira, 2ª. Delegacia Regional-FUNAI. Relatório especial apresentado pelo antropológico Eduardo Batalha Viveiros de Castro (Museu Nacional/UFRJ), conforme solicitação da FUNAI (radiograma nº769/DGO).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO p.1

HISTÓRICO p.3

- Denominações p.3
- Identificação p.4
- Território Tradicional p.8
- Os Grupos Inimigos p.10
- Conclusão p.15

CONTATO E SITUAÇÃO ATUAL..... p.16

- Histórico do contato p.16
- Dados populacionais 76-82 p.22
- Situação atual e ciclo de subsistência p.27
- O Posto e os Araweté p.44

A ÁREA ARAWETÉ: SEUS LIMITES p.48

- Propostas anteriores p.48
- Situação atual do território Araweté p.49
- Os Limites da área Araweté p.52

BIBLIOGRAFIA p.54

ANEXOS - MAPAS I e II com os Limites da área Araweté.

INTRODUÇÃO

No dia 20 de abril de 1982, estando eu em pesquisa de campo junto aos índios Araweté (P.I.A.Ipixuna), recebi um radiograma do DGO/2a.DR-FUNAI, que me solicitava a preparação de um relatório especial sobre os limites da área Araweté, tendo em vista a possibilidade de sua demarcação conjunta com a área dos índios Asuriní. Dadas a urgência e importância da tarefa, demorei-me mais uma semana no campo, buscando informações adicionais às que já obtivera dos Araweté sobre esta questão, e me desloquei até Brasília, a fim de conseguir na FUNAI os mapas e relatórios pertinentes.

A principal dificuldade a ser contornada, para a obtenção de dados seguros a respeito da área tradicional Araweté, é o monolinguismo quase absoluto da população Araweté. Apenas algumas crianças e adolescentes compreendem algo do português, mas raramente o falam. Meu conhecimento da língua Araweté, após cinco meses e meio de estadia no campo¹, é razoável, mas está longe de ser completo. Apesar disso, creio ter conseguido informações confiáveis acerca do território tradicional do grupo, áreas de exploração econômica, sítios de aldeias, rios importantes. Não me foi possível realizar viagens às antigas aldeias ou a regiões muito distantes da atual aldeia Araweté, devido a dois fatores: a violenta gripe que grassou entre os Araweté de fevereiro ao fim de março² - período propício aos deslocamentos por via fluvial -, e a pouca quantidade de combustível existente do Posto. Por outro lado, na estação das chuvas os Araweté tendem a permanecer na aldeia, enquanto que no verão e princípio do inverno (i.e. de julho a janeiro) o grupo realiza demoradas expedições de caça, pesca e coleta; e será apenas neste próximo verão que poderei estar junto aos Araweté.

Recorri extensivamente, assim, a entrevistas com vários informantes, "cruzando" os dados obtidos para maior segurança. O uso de mapas e croquis é sempre difícil, no caso dos Araweté, povo que apenas

(1) De maio a meados de julho de 1981; de fevereiro ao final de abril de 1982. Dificuldades de transporte impediram-me de atingir a aldeia Araweté no segundo semestre de 1981 (cf. meu relatório à FUNAI, 1981). No início de junho vindouro pretendo voltar aos Araweté, ali permanecendo até o fim do ano.

(2) Esta gripe literalmente paralisou a aldeia por dois meses, tendo provocado a morte de uma mulher (pneumonia).

agora começa a compreender o que é um mapa, e que aparentemente não tem o costume de construir representações e modelos visuais de seu território (rios, caminhos), ao contrário de tantos outros grupos indígenas.

A concepção Araweté de território é "aberta". Não há a noção de fronteiras rígidas e bem definidas, delimitando um espaço contínuo e homogêneo. Não há, tampouco, uma ênfase sobre o "domínio exclusivo" Araweté das terras que ocupam. Os Araweté chegaram à região do Ipixuna em época relativamente recente (cerca de 20 anos atrás), deslocados da área que então habitavam pelos Kayapó e Parakanã, e deslocando, por sua vez, outro grupo (os Asuriní). Sua história é a história de contínuos deslocamentos e migrações, e de guerras com outros grupos; as fronteiras de seu território eram móveis e contingentes. Note-se que isso não significa que eles não reconheçam o fato óbvio da ocupação de certas áreas por outros povos - assim, há o "rio dos Kayapó" (Bacajá), o "rio dos Asuriní" (Ipiaçava), etc. No entanto, as guerras em que estiveram envolvidos nunca foram concebidas como disputas territoriais, e os grupos que invadiram as terras Araweté eram percebidos menos como ameaça à integridade territorial do grupo que como ameaça à sua sobrevivência física. Do mesmo modo, quando na década de 60 os "gateiros" entraram em quantidade no Ipixuna, não foram tomados como invasores do território tribal, que deveriam ser expulsos; ao contrário, desde que não se mostrassem hostis, eram uma fonte bem-vinda de instrumentos de ferro.

É justamente quando do contato e fixação numa área mais restrita que uma concepção "fechada" de território pode emergir, e começa a emergir, para os Araweté. Assim, por um lado, o estabelecimento de uma aldeia Araweté junto ao Posto da FUNAI (as duas aldeias existentes até 1981 fundiram-se em novembro passado) rompe com o modus vivendi tradicional, que consistia em várias aldeias cobrindo uma ampla extensão de território, mas com população menor que a da aldeia atual (136 pessoas) o contato e posterior dependência dos bens e serviços do Posto restringe também o raio de movimentação do grupo local, que passa a explorar uma área menor. Por outro lado, o convívio com as concepções ocidentais de território, transmitidas direta ou indiretamente pelos brancos, e a situação objetiva de enclausuramento geográfico (pois os Araweté começam a tomar consciência que para além dos limites de seu território há muitos brancos) levam à emergência inevitável de um conceito de territoriali

dade fechada, que a demarcação a ser realizada pela FUNAI consolidará e consagrará. Por maior que seja, em termos métricos, a "área Araweté", doravante ela será sempre fechada, fixa (assim esperamos), marcando uma nova situação histórica para este grupo indígena, e criando a noção de um território Araweté (ver Seeger & Viveiros de Castro 1979).

Vale notar, porém, que os Araweté, a exemplo dos Asuriní (cf. Müller et al 1979, pps.7-8) e de tantos outros grupos indígenas, procuraram o contato com os brancos menos por estarem ou se sentirem territorialmente encurralados, que para fugir às hostilidades de tribos inimigas. No caso Araweté ao menos, creio teria-lhes sido possível fugirem dos Parakanã para outra direção que não as margens do Xingu; não obstante, escolheram conscientemente a aproximação conosco, dadas a fome e desorganização que os ataques Parakanã lhes causaram. A partir daquele momento, encerra-se a fase de deslocamentos sucessivos e busca de terras livres (na década de 70, de fato, estas praticamente desaparecem na região do Xingu); os Araweté entram na História, e no direito fundiário...

Assim, conforme o movimento objetivo de "pacificação" do grupo Araweté, e de sua fixação num território empírica e conceitualmente fechado, cabe à FUNAI proceder à demarcação desta área, a fim de garantir a sobrevivência dos Araweté, em um contexto histórico de grandes e rápidas transformações da região do médio-baixo Xingu. A futura inundação de boa parte do atual território Araweté pelas represas do complexo hidrelétrico do Xingu (cf. Aspelin & Santos 1981, cap.7); a implantação do Projeto Carajás, que em seu limite oriental envolve a área Araweté (cf. Programa Grande Carajás 1981); a perigosa aproximação das atividades mineradoras, autônomas ou empresariais, dos limites Sul e Leste da área Araweté (ver infra) - tudo isso impõe uma demarcação urgente e correta do território Araweté.

HISTÓRICO

Denominações

Os Araweté são um grupo de língua Tupi-Guarani, com uma população de 136 indivíduos (abril 1982) habitando uma só aldeia junto ao F.I.A.Ipixuna, no médio curso do rio Ipixuna, afluente da margem direita do Xingu (coordenadas 4°45'40"/52°30'15"). A denominação "Araweté" lhes foi atribuída pelo sertanista João Evangelista Carvalho (cf.

Arnaud 1978; Carvalho 1977), que entendeu ser assim que o grupo se auto-designava, e que supôs ser o termo um "derivado" de /awá eté/ ("gente de verdade"). Arnaud (1978) consolidou esta designação. Posteriormente, Müller constatava que "Araweté" seria o etnônimo usado pelos índios do Ipixuna para denominar os Asuriní do Koatinemo (Müller et al. 1979, p.21).

Na verdade, a palavra "Araweté" parece ser uma invenção in troduzida pelos sertanistas de frente de atração. Uma das denominações dadas aos Asuriní pelos índios do Ipixuna é Awĩ hetê ("inimigos de ver dade"); foi possivelmente esta expressão que gerou o mal-entendido de J.E.Carvalho. A derivação de /awá eté/ não tem fundamento na língua dos Araweté³. A auto-denominação deste grupo é simplesmente B[±]dé - "a gente", "ser humano", "nós (la.p.pl.inclusivo)".

Os Asuriní do Ipiaçava denominam os Araweté como Ararawa, e os Kayapó-Xikrin do Bacajá os chamam de Kubẽ-kamrek-ti ("índios mui to vermelhos"), segundo Müller (op.cit. pps.21-22) - mas este último etnônimo é de referência problemática, como veremos. Atualmente, os Araweté se auto-designam, em conversa eventual com os brancos, como "Ararawa" ou "Araweté", e ainda como Ararawé, termo cuja origem e signi ficado desconheço, mas que não é sua auto-denominação usual, e é de ocorrência restrita.

Identificação

Não existe nenhuma referência bibliográfica aos Araweté, ou a qualquer grupo que se possa identificar como Araweté, até a época do contato (início da década de 70). O interflúvio Xingu-Tocantins, na al tura do médio-baixo curso de ambos os rios, era área tradicionalmente ocu pada por diversos grupos de língua Tupi-Guarani, muitos deles desapare cidos, e conhecidos apenas de crônicas missionárias e relatórios provin ciais antigos (ver Nimuendaju 1948, pps. 199-243; Nimuendaju/IBGE 1980): os Pacajá, Tapiraua e Kupẽ-rób, na margem esquerda do Tocantins; e os

(3) A forma /awá/ (do Proto-Tupi */aba/), comum em algumas línguas Tupi-Guarani - p.ex. no Asuriní do Koatinemo, que estes sim se denominam Awá Eté - parece corresponder às formas Araweté /awã/, que é um interrogativo (quem?), /çawã/, "alguém, alguma pessoa", e a /awĩ/, "inimigo, outro". A relação */aba/ → /awã/ e /awĩ/ se fundamenta em dois processos dinâmicos do Araweté: a nasalização dos /a/ finais, e a mudança /ã/ → /ĩ/ (ver Viveiros de Castro 1981).

Takunyapé no Bacajá e margem direita do Xingu. Além destes, os "Asurini" também já eram conhecidos desde fins do século passado na área entre o Xingu e o Bacajá; a margem direita do Xingu era conhecida como "terra dos Asurini" (Müller et al. 1979, p.1). Os Parakanã surgem na margem esquerda do Tocantins no começo do século XX⁴. Na década de 20, os Suruí (Mudjetire) e os Akuáwa-Asurini começam a ser conhecidos pelos brancos, na região do baixo Araguaia, Itacaiúnas e Tucuruí; seu contato só se dará na década de 50 (Laraia & Da Matta 1967).

Além destes grupos Tupi-Guarani, o interflúvio Xingu-Bacajá era habitat tradicional dos Juruna (cuja língua é classificada como Tupi impuro por Nimuendaju (1948, pps.215-216) e como família Yurúna do tronco Tupi por Rodrigues 1964) e dos Arara, de língua Carib. Os Juruna, provavelmente vindos do rio Amazonas, dominaram o baixo e médio Xingu nos séculos XVIII e XIX; seu movimento migratório os levou para o alto Xingu no começo do século XX. Os Shipaya, grupo linguística e culturalmente muito próximo dos Juruna, parecem nunca ter-se estabelecido na margem direita do Xingu, ao contrário destes últimos (ver Nimuendaju 1948; Nimuendaju/IBGE 1980; Oliveira 1970 cap.1). Os Arara também são conhecidos de longa data (meados séc.XIX), e ocuparam uma vasta região, em ambas as margens do Xingu. Em 1917 um grupo Arara é identificado na margem direita do baixo Bacajá (Nimuendaju 1948, p.224); lá combatem contra os "Asurini". Ao contrário dos Juruna e Shipaya, tribos canoieiras e que sempre se estabeleceram junto aos grandes rios, os Arara (como os Araweté e Asurini) eram um grupo da floresta de terra firme. O contato com os Arara - com os poucos sobreviventes que viviam na região do Iriri - só foi feito em 1981. Quanto aos Juruna, há numerosos remanescentes desta tribo que permaneceram no médio Xingu, e hoje habitam nas cercanias de Altamira e em vários pontos do Xingu e do Iriri.

Toda esta região do interflúvio Xingu-Tocantins, e os grupos Tupi-Guarani, Yurúna e Carib ^{extinto v. pag. 4} que ali habitavam, assistiu a profundas transformações a partir de meados do século passado, com a expansão dos Kayapó, vindos de seu antigo habitat nos campos do Araguaia. A ex

(4) Nimuendaju 1948, pps.206-207. Este autor refere-se ainda aos Anambé, de língua Tupi-Guarani muito semelhante ao Tenetchara, identificações na margem esquerda do Tocantins e no alto Pacajá (de Portel) em meados do séc.XIX. Foram dados como extintos por Nimuendaju, em meados do sec.XX. Arnaud e Galvão (1969), no entanto, identificam como Anambé um grupo atualmente existente no rio Caiari, afluente do Fojú.

pansão para Noroeste dos Kayapó, porém, parece ter sido bem posterior ao movimento para Oeste, e a chegada destes índios no interflúvio Xingu-Bacajá dataria do primeiro terço do sec.XX. Os Kayapó provocaram deslocamentos extensos dos grupos ali localizados, e causaram enormes baixas nos efetivos populacionais destas tribos. Em 1936, os Gorotire "em sua expansão para o norte, atacaram e derrotaram os Asuriní" (Nimuendaju 1948, p.225). Data desta mesma época a separação entre os Xikrin, e a chegada dos Xikrin ao Bacajá, aonde se chocaram com os Asuriní e Araweté (e Parakanã).

As escassas descrições dos grupos Tupi-Guarani desaparecidos não autorizam nenhuma hipótese sobre algum deles ser ancestral dos atuais Araweté. Refiro-me especialmente ao que se sabe sobre os Takunyapé. No século XVII, a margem direita do Xingu acima de Volta Grande (4°S/53°W) era conhecida como "lado dos Takunyapé" (Taconhapés), e o "rio dos Takunyapé" era provavelmente o Bacajá (Nimuendaju 1948, p.222). Por várias vezes esta tribo foi aldeada por missionários, e uma parte dela fugiu destes esforços, indo para o médio Curuá. Em 1863, uma epidemia dizimou a então numerosa população Takunyapé; no final do século, o grupo é dado como extinto. O vocabulário Takunyapé colhido por Nimendaju em 1919 (Nimuendaju 1932) com um sobrevivente do grupo, não mostra nenhuma semelhança especial com o Araweté contemporâneo; quanto ao mais, nada se sabe sobre os Takunyapé. Nimuendaju faz referência apenas a uma "dança das almas" que os Takunyapé (do Curuá) teriam em comum com os Shipaya, e a uma veste de palha própria desta cerimônia.

Linguisticamente, o Araweté é claramente da família Tupi-Guarani, mas é bastante individualizado, não podendo, pois, ser considerado dialeto de nenhuma língua Tupi já descrita (ver Viveiros de Castro 1981, Apêndice). "Os Araweté falam um dialeto (sic) Tupi que pode ser considerado diferente dos dialetos dos Akuáwa-Asuriní e Buruí-Mudjetire, considerando-se que índios destes grupos, quando atuaram na turma de atração do Ipixuna, não conseguiram estabelecer nenhum entendimento verbal com eles (Alves, 1973). Segundo Carvalho (1977), embora não tanto, o dialeto Araweté é também diferente do Asuriní, sendo bem aproximado do falado pelos Urubu-Kaapor." (Arnaud 1978, p.7). De fato, as descrições do Akuáwa-Asuriní por Harrison e outros apontam algumas diferenças desta língua para com o Araweté; a inteligibilidade recíproca entre Araweté e

Asuriní do Koatinemo é medíocre, como tive oportunidade de constatar, quando da visita de um índio deste grupo ao Ipixuna em 1981. No que diz respeito às semelhanças Araweté-Urubu, apontadas por João E. Carvalho, devo dizer que não me parecem específicas; creio que o Araweté (língua do "grupo He" na classificação de Nimuendaju, i.e. aquelas línguas Tupi-Guarani cuja primeira pessoa do singular é he, como o Tenetehara, o Urubu, etc.) apresenta semelhanças com todas as línguas Tupi-Guarani da Amazônia Oriental: o Tenetehara, o Amanayé, o Urubu, etc. (não tenho dados sobre os Guajá). Apesar disto, não estou pressupondo que os Araweté sejam necessariamente de "origem" além-Tocantins. João Carvalho (e portanto Arnaud) aproxima sistematicamente os Araweté dos Urubu, chegando a supor uma origem Urubu para os índios do Ipixuna. Isto, a meu ver, se deve simplesmente ao fato de que este sertanista viveu longo tempo entre os Urubu, e viu os Araweté com "olhos" Kaapor; como pode observar, J.E.Carvalho introduziu várias palavras Kaapor no vocabulário Araweté, "corrigindo" a língua Araweté...

A ausência de material linguístico Parakanã e Guajá impede comparações talvez frutíferas.

A cultura material Araweté tampouco permite sua aproximação específica com qualquer outro grupo Tupi-Guarani (ver Ribeiro s/d., que procurou justamente conexões Urubu-Araweté). As diferenças Araweté-Asuriní são profundas, nesta área; quanto aos Parakanã, creio serem mais próximos culturalmente dos Araweté que estes dos Asuriní. Certos itens materiais - como a complexa vestimenta feminina (ver Ribeiro s/d.), o tipo de chocalho (arái) do xamanismo - são exclusivamente Araweté, e certas ênfases culturais também os distinguem dos demais Tupi - como é o caso da predominância da cultura do milho sobre a da mandioca brava. Acrescente-se que os Araweté são ainda o único grupo Tupi-Guarani conhecido que utiliza o narcótico paricá (Araweté: payikã; trata-se de uma leguminosa, Anadenanthera peregrina), largamente consumido por tribos de outras famílias linguísticas ao norte do rio Amazonas. Os Maué da bacia do Tapajós, sub-família Tupi-Guarani bastante diferenciada do Araweté (Rodrigues 1964), também utilizam esta droga (Steward 1948, p.895), mas da maneira usual na Amazônia, isto é, aspirada; os Araweté a consomem misturada ao tabaco dos seus charutos, com o objetivo de entrar em comunicação com os mortos e os espíritos.

Por fim, no que tange à identificação histórica dos Araweté, deve-se acrescentar o seguinte: a margem direita do Xingu e a região Xingu-Bacajá eram conhecidas pelos regionais como "terra dos Asuriní"; este designativo, porém, parece ter-se aplicado a diferentes grupos Tupi, entre os quais os Asuriní contemporâneos, do Ipiaçava. Não é improvável que alguns destes "Asuriní" que, em fins do século passado e início deste, atacavam seringueiros no Xingu e no Bacajá, fossem os Araweté; assim também quanto aos "Asuriní" guerreados pelos Arara e Takunyapé. Iguualmente, Nimuendaju (1948, p.225) afirma que o etnônimo Kayapó Kubē-kamreg-ti se aplica aos Asuriní (grupo, então, praticamente desconhecido), bem como os etnônimos Shipaya e Curuaya com o mesmo significado ("índios vermelhos"). Ora, as informações recentes de Müller mostram que os Xikrin chamam de Kubē-kamrek-ti aos Araweté, não aos Asuriní (chamados de Krã-akâro, "cabeça com o corte de cabelo arredondado", cf. Müller et al. 1979, p.34); e o nome de "índios vermelhos" talvez se aplique com mais propriedade aos índios do Ipixuna que aos do Ipiaçava, pois os primeiros usam exclusiva e abundantemente o urucum. Neste caso, talvez os etnônimos Shipaya, Juruna e Curuaya também se referissem aos Araweté. E tudo isto, a meu ver, reforça a hipótese de que muitos dos "Asuriní" de que se teve notícia no século passado eram Araweté⁵.

Território tradicional

"Historicamente, a área tradicionalmente ocupada pelos Araweté compreende as cabeceiras do rio Bacajá, as margens dos igarapés Jatobá, Bom Jardim, Canafístula e Ipixuna" (Müller et al. 1979, p.29). Os dados de que disponho confirmam integralmente esta informação.

Os Araweté apontam a direção S-SE, em relação ao sítio que atualmente ocupam, como lugar de suas aldeias mais antigas. Os homens mais velhos do grupo (75-80 anos) nasceram em Terewé ti, aldeia muito distante, a sudoeste do Ipixuna. Isto tanto pode significar as cabeceiras do Bacajá e do Lontra, quanto mais longe ainda, na serra dos Carajás.

(5) Vidal (1977), em seu livro sobre os Xikrin, afirma que nas décadas de 30 a 50 os Xikrin do Bacajá tinham contatos hostis com os Parakanã, Asuriní e um outro grupo, os Ikrekakotire (pps.28, 37). Ela afirma, como Nimuendaju, que Kubē-kamrekti seriam os Asuriní. Nesse caso, os Ikrekakotire seriam os Araweté? Ou seria o inverso, se seguirmos os dados de Müller? Vidal não menciona o etnônimo Krã-akâro.

Não há dúvida que a região das cabeceiras do Bacajá é sítio de muitas aldeias antigas Araweté, e que eles de lá foram deslocados para os afluentes do Xingu, rios Bom Jardim⁶, Jatobá, e por fim para o Ipixuna, devido a hostilidades dos Kayapó e dos Parakanã. A chegada ao Ipixuna se deu há cerca de 20 anos atrás, mas não se tratou de uma migração maciça; outras aldeias Araweté continuavam a existir no Bom Jardim (nome Araweté: Ipé hã), no Canafístula (Madpa'dh mopê há) e no Jatobá (Iriwawã nopã). Foi apenas um sub-grupo Araweté que teve o primeiro choque (nesta época recente) com os Asuriní, que habitavam o Ipixuna há mais de vinte anos (ver Nimuendaju 1948 p.225, e Müller et al. 1979 para a história dos movimentos Asuriní). Uma aldeia Asuriní foi ocupada pelos recém-chegados, seu nome Araweté é Yuta'í cãmõ hẽ; não tenho condições de garantir tratar-se da mesma aldeia vista por A.Cotrim Soares em 1971 (Müller et.al. 1979, p.22; ver infra), mas é possível, pois os Araweté afirmam ter voltado a habitar nesta aldeia no começo da década de 70, fugindo dos Parakanã.

Na região do Ipixuna, os Araweté estabeleceram várias aldeias: Čičé maiká hé ("lugar dos facões pendurados" - i.e. material deixado por algumas das frentes de atração), Madmá ropá, Ādičākāyīpi, Nāyāhi ropá, Ia'í ropá (aí se deu um ataque Parakanã), Māiyīhi ropá (local do grande ataque Parakanã de 1976, que levou os Araweté a buscarem o contato; neste ataque morreram vários adultos Araweté - ver infra). Nestes últimos vinte anos, houve períodos em que várias aldeias Araweté existiam simultaneamente, algumas em águas do Ipixuna, outras nas do Jatobá, Canafístula e Bom Jardim: Iaradĩ ropá, Arakayi ti, Tayipá ropá, Tayaru kapé, Tawičiréhi kan nakawa hé⁷.

Na região do rio Piranhaquara, ao norte do Ipixuna, os Araweté também estabeleceram uma aldeia, há cerca de 15 anos atrás. Seu

(6) Este rio é chamado, nas cartas do RADAM, de "S.José", nome que se repete no igarapé imediatamente seguinte, Xingu acima, na mesma margem.
 (7) Os Araweté nomeiam suas aldeias (tã, tãpé) segundo alguns princípios recorrentes: (a) nome de uma espécie vegetal + /-ropá/ (locativo sujo sig significado exato desconheço); ex: Ia'í ropá, "aldeia da castanheira"; (b) nome de uma pessoa + /-ropá/; ex: Madmá ropá, "aldeia de Madmá"; quando uma aldeia ou um rio levam o nome de uma pessoa, isto significa que foi ali que esta pessoa morreu (ver adiante); (c) Substantivo + verbo + /-hé/, significando, grosso modo, "lugar em que (tal ação, tal sujeito) aconteceu"; ex: Tawičiréhi kan nakawa hé, "aonde T. derramou o mingau". Outros morfemas utilizados para a formação de nomes de aldeia são: /-pi/, locativo, e /-ti/, coletivo (lugar em que abunda uma espécie vegetal ou animal). U'a mesma aldeia pode ser referida por diversos nomes alternativos.

nome era Awĩ kapé ("capoeira dos inimigos", i.e. os Asuriní), mesmo nome do rio Piranhaquara (awĩ kapé yĩ). Ali houveram novos choques com este grupo, que estava a caminho do local aonde finalmente foram contactados, no Ipiaçava.

Os rios da bacia do Bacajá - ou ao menos seus afluentes da margem esquerda -, são extensivamente conhecidos pelos Araweté, o que me leva a crer que este grupo não realizou um simples deslocamento das cabeceiras do Bacajá para as do Ipixuna; pois o médio curso do Bacajá é conhecido. Esta parece ter sido sua área de perambulação nos últimos 80 anos. Os rios desta região são assim nomeados (não me arrisco a uma identificação precisa de cada rio): Marupái (este também é um topônimo Asuriní - Maerupái -; cf. Müller et al. 1979, p.2); Pureičei ("Foraquẽ"), rio aonde os Araweté foram atacados pelos Kayapó, há 20 anos atrás, tendo o homem mais velho do grupo atual sido baleado; a aldeia ali se chamava Awaci áhã hé; rio Pakâyã (provavelmente o próprio Bacajá); Pakayá'a (Bacajá?); Irããpã; Maapikáy; Payiyio ("Bananeira"); Karapĩãĩ; Aradpurué; Iripečĩ; Iripĩ'a, Ararái; Itowi ("Seco"), Iratami ("Água reta"); Yupetei. Estes rios são ditos serem purovn'hã yĩ, "rios dos ancestrais"; muitos deles são agora "rios dos Kayapó". O Pureičei é o "rio dos Towáhã", um importante grupo inimigo (ver adiante).

Curiosamente, não fui capaz de obter o nome Araweté para o rio Ipixuna. Ele é simplesmente "Pičuna", assim como o Xingu é o "Čĩku" ou parani áhã, "rio grande". Os Araweté me falaram ainda do Takačĩ, isto é, o Tocantins; mas se trata de palavra introduzida por João Carvalho. Não obstante, os mais velhos do grupo falam por vezes em rios grandes como o Xingu, a Leste, que seu povo atravessou há muitos e muitos anos atrás. Mas não tenho nenhuma base para afirmar que se tratam do Tocantins, Araguaia, etc.

Os Grupos Inimigos

A tradição Araweté fala de diversos grupos inimigos. Os principais são:

(1) Os Kayanã (Kayapó) e os Awĩ acĩkã. Foram estes dois grupos ou classes de awĩ (inimigo) que mais baixas infligiram aos Araweté, nos últimos 40 anos. Em levantamento por mim realizado, dentre os 209 mortos lembrados pelos Araweté - parentes em linha direta, distantes no máximo duas gerações, dos adultos atuais -, cerca de 31 foram vítimas dos Kayapó

e/ou dos Awĩ aćĩkã. Os Awĩ aćĩkã ("Inimigos que batem", i.e. usam borduna) são também chamados de Amirãhi yã, "Senhores da borduna". Eles são quase certamente os mesmos Kayapó, mas são distinguidos destes por não usarem armas de fogo, apenas bordunas e arcos. Atacavam os Araweté há cerca de 30-40 anos atrás; sua localização seria ao Sul do Ipixuna. A descrição da aparência física e dos adornos corporais destes índios os identifica como Kayapó. Eles raptaram muitas mulheres e crianças Araweté; ainda hoje há no Ipixuna duas mulheres velhas que foram levadas por esses inimigos e conseguiram fugir.

Os Kayapó atacavam os Araweté em época mais recente, e estariam localizados a E-SE do Ipixuna. São certamente os Xikrin do Bacajá; eles chegaram a atacar os Araweté nas cabeceiras do Ipixuna, há mais ou menos 10 anos atrás; há atualmente uma mulher Araweté que foi raptada pelos Kayapó e conseguiu fugir.

É difícil identificar com precisão os Awĩ aćĩkã. Podem ser os Gorotire, que incursionavam pela área na década de 30 e 40; podem ser os mesmos Xikrin, logo que se expandiram para o Bacajá. Os Araweté sempre levaram desvantagem em seus choques com estes índios e com os Kayapó, e afirmam terem abandonado suas aldeias antigas na área do Bacajá por causa destes awĩ.

Há cerca de 20-25 anos atrás houve um grande ataque dos Kayapó/Awĩ aćĩkã aos Araweté, quando estes moravam bem ao sul de sua aldeia atual, em aldeias no Bom Jardim próximas à sua foz. Nesta ocasião, os Kayapó só traziam três espingardas, e muitas bordunas.

(2) Os Towáhã. Este é um grupo de difícil identificação: pode tratar-se dos Juruna, dos Arara, dos Takunyapé, ou outro. Os Towáhã (palavra que pode ser um cognato do Tupinambá /tovaia/, inimigo) combatiam contra os Araweté há pelo menos 50 anos atrás, e o rio Fureiçei, na bacia do Bacajá, é o "rio dos Towáhã". Estes índios me foram descritos como usando o cabelo muito comprido na nuca, e repartido ao meio; seus arcos eram de pau d'arco, muito compridos. Tinham o costume de decapitar os inimigos mortos, levando a cabeça como troféu. Eles são importantes na cosmologia Araweté, pois há um "espírito"/morto chamado Towáhã peye, "pagé dos T."

O costume de decapitar os inimigos mortos era comum aos Arara, Juruna, Shipaya e Curuaya (Nimuerdaju 1948, p.236); todas estas tribos, igualmente, usavam os cabelos compridos - inclusive os Arara (Nimuerdaju

op.cit., p.228-229), que se distinguiriam assim dos Arara contemporâneos. O homem Araweté mais velho, que teria combatido contra os Towáhã, afirmou-me serem eles os recém-contactados Arara; não obstante, não reconhecia o corte do cabelo e o batoque nasal dos Arara como característico dos velhos Towáhã.

Assim, embora não possa identificar este grupo, sou do parecer que a tradição Araweté de guerra contra ele indica uma relativa antiguidade de ocupação da área Xingu-Bacajá.

(3) Os Awĩ hetê, os Toãĩ. Os Asuriní do Ipiaçava são atualmente denominados de Awĩ hetê, "inimigos de verdade", pelos Araweté. Outras denominações correntes são: "Takamuĩ wĩ" ("os de Takamuĩ", índio Asuriní que esteve algumas vezes no Ipixuna, como intérprete e construtor de canoas); Irikã yã, "Senhores do urucum" (pois os Araweté, ao chegarem às cabeceiras do Ipixuna, haviam abandonado suas plantações de urucum na região do Bacajá, e se apossaram do urucum Asuriní). Foi dos Asuriní, igualmente, que os Araweté obtiveram uma variedade de batata-doce (de'ti ũhã ou takãyupé) e o amendoim (que atualmente não plantam).

A década de 60 assistiu a numerosos choques armados entre os recém-chegados Araweté e os Asuriní, que então moravam no alto Ipixuna. Os primeiros parecem sempre ter levado nítida vantagem nos combates, e infligido muitas baixas aos segundos. Conforme os Araweté, eles nunca fizeram prisioneiros Asuriní - matavam-nos, saqueavam as aldeias e eventualmente as ocupavam. Chegaram a perseguir os Asuriní até o Piranhaçuara.

Os Araweté demonstram possuir uma razoável familiaridade com a sociedade Asuriní^B. Isto, e outros indícios, me levam a suspeitar que a história dos contatos entre os dois grupos é bem mais antiga que o registro dos combates na região do Ipixuna nos últimos 20 anos; nesse caso, os Araweté seriam um grupo "intrusivo" apenas no que tange à micro-região do Ipixuna, mas teriam ocupado de longa data o interflúvio Xingu-Bacajá. Assim, há um outro grupo inimigo, antigo, os Toãĩ, que manteve intensas

(8) Muitas pessoas - funcionários da FUNAI, antropólogos - que conheceram os Asuriní e os Araweté têm o hábito de estabelecer comparações entre os dois grupos, sobretudo a partir do critério "tecnologia", com vantagem gritante para os Asuriní; os Araweté são caracterizados como "povo simples", que nunca teve ou perdeu certos itens culturais. Esta visão dos Araweté deve ser, muito provavelmente, a visão que os Asuriní têm deles - bárbaros. Não é a auto-concepção Araweté. Em primeiro lugar, estes índios demonstram conhecer muitas das técnicas e materiais usados pelos Asuriní - e no entanto não os empregam, por opção cultural. Em segundo lugar, são capazes de fazer a crítica tecnológica de certos implementos Asuriní, valorizando as suas (Araweté) soluções. Este é o caso do arco e flecha.

relações com os Araweté há cerca de 70 anos atrás, a E-SE do Ipixuna. A seu respeito, vários informantes me asseguraram serem os mesmos Awĩ hetê/Takanuĩ wĩ, mas "ími" (há muito tempo). As descrições da aparência física, pintura corporal, etc. parecem dar credibilidade a tal aproximação. Dos Toéfi, os Araweté obtiveram a batata-doce (ãe'ti hetê), trazida por uma mulher Araweté raptada e recuperada.

A tradição Araweté sobre os Toéfi fala em várias pessoas raptadas de parte a parte, em vinditas e em uma antropofagia dos Toéfi. Alguns poucos informantes esclarecem que esta última prática seria recíproca; outros desmentem. Este era o tempo dos ancestrais (purovñ'hã)⁹, quando os Araweté usavam, além do arco, a borduna irapê¹⁰, feita do cerne do pau-preto (kumani'i).

Os Araweté não registram nenhuma morte sob as flechas dos Asuriní, nem tampouco o rapto de algum homem (ao contrário das informações Asuriní, cf. Ribeiro s/d. p.5 n.1). Mas afirmam que três crianças do sexo feminino teriam sido levadas pelos índios do Koatinemo.

(4) Os Parakanã. Este grupo Tupi-Guarani é o inimigo mais recente dos Araweté, em quem infligiu muitas mortes (pelo menos 21) nos últimos dez anos. O contato definitivo dos Araweté com os brancos se deve à pressão Parakanã, que já apossavam os Araweté nas cabeceiras do Bacajá e Bom Jardim, e que persistiu no Ipixuna.

Os Parakanã são designados simplesmente como Awĩ, ou ainda como Iriwã nepa yã, "Senhores das penas de urubu" (pois as usariam na plumagem de algumas de suas flechas), ou pejorativamente como Iriwã'ã, "comedores de urubu". No fim de 75 ou início de 76, quando diferentes aldeias Araweté haviam-se reunido sob pressão dos Parakanã no alto Ipixuna (aldeia Mayĩhi ropá) - num braço (uwawakã) do Ipixuna -, houve um grande ataque Parakanã, que causou a morte de sete adultos, emboscados quando caçavam. O grupo então se dispersou, e parte dele foi até as margens do Xingu, no Furo do Tamanduá, acampando junto à roça de um "beiradeiro". Ali a FUNAI estabeleceu o contato definitivo com os Araweté, após seis anos de tentativas. Outro sub-grupo estabeleceu uma aldeia no médio curso do Jatobá (Tã i'anã, "aldeia nova"); no final de 1976, foram atacados pelos Parakanã, que mataram sete Araweté e raptaram uma índia, que depois de 10 dias conseguiu retornar. Este ataque reuniu definitivamente todos os Araweté junto ao Posto da FUNAI no alto Ipixuna (ver adiante). Em se

(9) Purovñ'hã (cf. a raiz /(h)ovñ'hã/, "grande") são todos os Araweté mortos até 10-15 anos atrás. Os adultos atuais se intitulam taicãhã, "crianças"...

(10) Cf. o Tupinambá ibirapema, "pau anguloso" (i.e. de bordos afiados).

setembro de 1977, nesta aldeia próxima do "Posto Velho", dá-se uma nova investida Parakanã, sem vítimas (Carvalho 1977). Meses mais tarde, o sertanista J.E. Carvalho sai na pista dos Parakanã, acompanhado de vários Araweté; não tem sucesso. Retornando ao Posto, no dia 17 de novembro, recebe a notícia do massacre efetuado pelos Xikrin nos Parakanã. Supostamente, tratava-se do mesmo grupo que ameaçava os Araweté no Ipixuna, que foi atacar os Xikrin no Bacajá, e que foi por estes atacado nas cabeceiras do igarapé Arroz Cru (Müller et al. 1979, p.47).

Desde então, na área percorrida pelos Araweté, agora que estão localizados no médio Ipixuna (1978-82), não se tem notícia dos Parakanã. Não obstante, é possível que sobreviventes do ataque Xikrin ainda permaneçam na região do divisor de águas Xingu-alto Bacajá, além daqueles que foram "resgatados" pela FUNAI na aldeia Xikrin e transferidos para o "3º acampamento".

A tradição Araweté sobre os Parakanã é bastante magra; aparentemente, não conheciam o grupo antes de 15 anos atrás. Mas quanto a isso, espero obter maiores informações quando de meu retorno à área Araweté.

Tanto quanto eu saiba, os Araweté nunca conseguiram matar um Parakanã. Carvalho (1977), no entanto, afirma que isto sucedia.

(5) Outros grupos. Por fim, a tradição Araweté fala de outros grupos antigos, inidentificáveis por mim: os O'í wākā ("Flechas compridas") que moravam longe dos cursos d'água de algum porte e se alimentavam de coco babaçu, não tinham roças; eram mansos, e acabaram; os Iapí'idĩ, de que só sei o nome.

(6) Outros Araweté. Fala-se ainda de grupos de Araweté que separaram dos Araweté atuais e desapareceram: os "Temé'itãhã wĩ" ("gente de Temé'itãhã"), separados há cerca de 25 anos, nas cabeceiras do Bacajá; os Amá'dĩ, chamados de "b⁺dé anĩ-neme" ("nossos finados irmãos-parentes"), que teriam se desentendido com os Araweté por causa de mulheres, e se cindiram (nowawa).

Enfim, os Araweté afirmam que parte dos índios que foram até as margens do Xingu em 1975 não seguiram atrás do sertanista Raimundo Alves, quando este transferiu, por terra, numa caminhada de mais de 20 dias, os índios do Xingu para o Posto no alto Ipixuna (setembro de 75). Como se sabe (ver adiante), nesta caminhada várias pessoas morreram, devido à fome e à doença; não obstante, os sobreviventes afirmam que uma parte do grupo tomou outro rumo, não morreu no caminho; tendo ido para o Bom

Jardim. Desse sub-grupo (aproximadamente sete adultos e um número indetermi-
nado de crianças) nunca mais se teve notícia; é possível que tenham
morrido, pois estavam todos doentes. Carvalho (1977, 27/05) afirma que
no Bom Jardim (não está certo de ser esse o rio) haveria uma tribo
"amiga" dos Araweté, que estes teriam tido contato com ela mais ou menos
em 1968; Ribeiro (s/d., p.6) cita o diário de João Carvalho do dia 30/04/77
como dando a informação de que no Bom Jardim haveria um grupo de Araweté.
Não consegui encontrar tal dado neste diário de Carvalho. Por fim, Ribeiro
(idem) afirma que os Araweté teriam declarado ao índio Asuriní que lhe
servia de intérprete, que teriam parentes nas cabeceiras do Ipixuna. Não
sou capaz de confirmar nenhuma destas informações.

Conclusão

Pela tecnologia de que dispõem, os Araweté parecem ter sido
- e são - um grupo especialmente adaptado à vida nas matas de terra firme
no interflúvio Xingu-Bacajá. Não são um grupo "canoeiro" (os homens mais
velhos sequer sabem nadar); seu habitat parece ter sido a beira de pequenos
igarapés e os açaisais, onde encontram caça abundante. Como veremos adiante,
não creio em um "nomadismo" ou em uma "tradição agrícola incipiente" para
os Araweté; mas a caça predomina claramente sobre a pesca e a agricultura
em termos de ênfase cultural Araweté, e de fato suas técnicas agrícolas
podem ser consideradas mais simples que as da maioria dos grupos Tupi-
Guarani.

Sou do parecer, ainda, que os Araweté habitam o interflúvio
Xingu-Bacajá há longa data (pelo menos 120 anos), e que a localização de
antigas aldeias nas cabeceiras do Bacajá não exclui uma situação mais
setentrional do grupo em épocas anteriores. A bacia do Bacajá parece ter
sido ocupada pelos Araweté de preferência à margem direita do Xingu, para
onde se dirigiram mais recentemente. A expansão Kayapó-Xikrin para a
região do Bacajá foi a causa de seu deslocamento para sua área atual, e
provocou considerável desorganização do grupo, com provável perda de alguns
recursos (tipos de plantas cultivadas), abandonados nas antigas aldeias.
Não se pode considerar os Araweté como "grupo guerreiro", apesar de sua
atitude agressiva diante dos Asuriní. No cômputo geral, sofreram muito
mais baixas na mão de inimigos que os causaram; e seu ethos cotidiano é
extremamente afável e pacífico. Não obstante, a guerra é um símbolo impor-
tante em algumas cerimônias e na memória Araweté.

CONTATO E SITUAÇÃO ATUALHistórico do contato

"O atual Município Senador José Porfírio (aonde se localiza a área Araweté - EVC), situado à margem direita do baixo Xingu (3-6º de Lat.Sul; 50º-53º Long.Oeste), formado com terras desmembradas do Município de Altamira, em seus 33.689 km² de superfície, assim como toda a região do Xingu, sempre possuiu uma população extremamente rarefeita, a qual, em 1970, somava apenas 3.044 habitantes (0,09 hab/km²), achando-se seu maior aglomerado com 383 na sede municipal (antiga Souzel) (Recenseamento Geral do Brasil, 1971). Sua economia de cunho extrativista e predatório realizada através da borracha, castanha-do-pará e caça de animais silvestres, complementada por pequenas lavouras de subsistência, de modo geral vinha ocorrendo somente nas margens do Xingu e nas embocaduras dos seus afluentes, face a presença na área de índios hostis. A partir do início da década de 1960, penetrações mais profundas começaram a ser intensificadas por parte de caçadores de felinos (gateiros), na medida da valorização das peles desses animais, mas que, no entanto, começaram a declinar nos primeiros anos desta década, quando foi definitivamente proibido o exercício da caça profissional e comércio de espécies de fauna silvestre, consoante o estabelecido nos arts.2º e 3º da Lei 5.197 de 3 de Janeiro de 1967. Nos dias atuais, perspectivas mais amplas de exploração da área poderão surgir, a partir da Transamazônica que corta o norte do município, já tendo sido projetada uma rodovia (BR-158) que deverá partir de Altamira até atingir a BR-22 à altura da serra do Carajá. E o Projeto RADAM, por sua vez, após uma apreciação "quanto à utilização mais rentável da área", vem de propor a criação da "Floresta Nacional do Carajá-Itacaiúnas considerando que 92,2% da área tem capacidade de ALTA a MÉDIA para a EXPLORAÇÃO DE MADEIRA, concentrando-se 82,1% na classe ALTA" (Brasil DNFM 1974) " (ARNAUD 1978, pps. 2-4).

Foram de fato as penetrações dos "gateiros" no Ipixuna que iniciaram o processo de contato com os Araweté. Durante mais de 10 anos (60-70), sucessivas levadas de caçadores de pele - em sua maioria, seringueiros e camponeses marginais da beira do Xingu ("beiradeiros") tornados caçadores profissionais - bateram o Ipixuna todo. Em sua imensa maioria (em meados de 1970 seriam cerca de 60, cf. Arnaud 1978, p.15) eram "aviados" do sr. Cícero Maia, "patrão" residente em Altamira. Este indivíduo, ainda hoje, disputa em juízo a propriedade das terras do Ipixuna (ver adiante), embora suas atividades pareçam ter-se reduzido às de proprie

tário de barcos que fazem a linha Altamira-S. Félix do Xingu.

A atividade dos gateiros não parece, em momento nenhum, ter levado a grandes choques armados com os Araweté (mas Alves 1973, apud Arnaud 1978, p.15, afirma terem havido algumas mortes de ambos os lados). Os Araweté, de fato, falaram-me de dois homens dos seus que foram mortos por kamarã marakãyã pderé ("brancos, tiradores de couro de onça"), é de uma moça que teria "ido embora" com os gateiros. As duas mortes, porém, deram-se em outro rio que não o Ipixuna - talvez o Piranhaquara. A partir de 1967 (cf. Arnaud 1978), os gateiros teriam sido estimulados pelo patrão a darem presentes aos índios - provavelmente porque, a partir daquele ano, a caça de peles tornou-se proibida. 30 do Indio.

A lembrança Araweté dos gateiros, portanto, é sobretudo a de "saques" que faziam contra os acampamentos dos gateiros (sempre pouco capazes de reagirem, por trabalharem sozinhos ou aos pares), dos facões, machados e roupas que assim obtinham. Há a memória, também, de visitas de gateiros às aldeias Araweté, aonde estes tomavam o mingau, e chegavam mesmo a dormir nas casas dos índios. A primeira vez que viram brancos no Ipixuna, segundo os Araweté, foi há cerca de 15 anos atrás, quando ocupavam então a aldeia Akãihã; os gateiros, numa canoa, tiveram medo e fugiram do índio que lhes gritava da margem, pedindo presentes. (1) e (2)

Em 1970, a FUNAI decide iniciar os trabalhos de "atração" dos grupos indígenas da região do Ipiaçava ao Bom Jardim. Uma frente chefiada por Antonio Cotrim Soares sobre o Ipixuna, mas não tem sucesso. Neste mesmo ano, os gateiros tiveram um encontro com um grande grupo de Araweté na área do Bom Jardim (numa gruta que dá no Xingu pouco abaixo da foz do Bom Jardim - informação pessoal de Sebastião Cardoso, ex-gateiro e atual residente da boca do Bom Jardim). A "varação" do Ipixuna para o Bom Jardim, de fato, é um caminho frequentemente percorrido pelos Araweté, e os braços das margens respectivamente esquerda e direita destes dois rios praticamente se entrelaçam (ver Mapa anexo).

Em janeiro/fevereiro de 1971, numa segunda expedição, Cotrim encontra um grupo de índios, que o levam a visitar sua aldeia, de 13 casas. Tratava-se, provavelmente de uma antiga aldeia Asuriní ocupada pelos Araweté (cf. Müller et al., pps.22 e ss., para o histórico do contato). Em maio de 1971, os padres Anton e Karl Lukesch contatam os Asuri

ní do Ipiçava; a frente do Ipixuna desloca-se então para lá, abandonando o contato inicial com os Araweté.

De 1972 a 1973, a frente do Ipixuna, então chefiada por Raimundo Alves, tenta sem sucesso novo contato com os índios. Em novembro de 1973 há um breve encontro com 13 índios, que não permitem a visita à sua aldeia. Neste mesmo ano, gateiros avistam muitos Araweté no Bom Jardim, próximo à sua foz (inf. pessoal Sebastião Cardoso)¹¹.

A cerca de 100 quilômetros da foz do Ipixuna, no alto curso do rio, a frente de atração começa a construir um Posto, abre roças, uma pista de pouso (que nunca foi usada), próximos a uma aldeia Araweté momentaneamente abandonada. Isto se dá em 1974. Deste ano a 1976, não se consegue contato com os índios (a meu parecer, a maioria da população Araweté estava dividida, nesta época, em dois sub-grupos: um no alto Ipixuna, acima do Posto de Atração, outro no Bom Jardim; ataques dos Farakanã teriam levado, no correr destes dois anos, ao grupo do Bom Jardim se juntar com o do Ipixuna, neste último rio).

No fim de 1975 ou início de 1976, os Araweté sofrem um grande ataque Farakanã no alto Ipixuna, e abandonam este rio em direção ao Jatobá. Uma boa parte do grupo dirige-se diretamente para as margens do Xingu, onde acampam junto à roça de milho de um beiradeiro, no Furo do Tamanduá. Esta aparição dos índios no Xingu é comunicada à Ajudência de Altamira por funcionários do CNEC (empresa que realiza as pesquisas hidrologicas para a implantação do complexo hidrelétrico do Xingu); uma informação errônea, contudo, faz o sertanista-chefe da Frente, Raimundo Alves, dirigir-se ao Furo do Jaboti, próximo a Altamira, em maio de 1976 (o Furo do Tamanduá fica entre o Jatobá e o Bom Jardim).

Em fins de maio de 1976¹², a frente de atração, chefiada agora por J.E. Carvalho, vai encontrar os índios no "beiradão", na localidade S. Miguel, junto às roças dos srs. Edilson e Antenor. A partir daí, os diários de J. Carvalho constituem-se em fonte relativamente precisa dos

(11) Como se vê, as atividades dos gateiros persistiram até muito depois de 1967; no Ipixuna, diminuíram consideravelmente após a chegada da FUNAI; mas ainda hoje, sobretudo nos rios em que não há aldeias de índios, ainda existem caçadores clandestinos.

(12) E não setembro, como está em Müller et al. 1979, p.23. De resto, a cronologia deste período (1976) é consideravelmente confusa. Ribeiro (s/d. p.3) também comete alguns erros de datas.

primeiros anos do contato Araweté (Carvalho 1977)¹³.

Carvalho encontra cerca de 50 pessoas no dia 29/05/76, em condições de saúde e nutrição das mais precárias, e que resistiram bastante às tentativas de aplicação de medicamentos. O primeiro diário de Carvalho encerra-se a 06/06/76, quando ele aparentemente abandonou o local. Arnaud (1978, p.16) e Müller et al. p.24 afirmam que este grupo Araweté retornou em seguida à mata, e que só quatro meses mais tarde (i.e. em outubro?) é que a frente pôde estabelecer novo contato, com 44 índios em condições de saúde ainda piores que as apresentadas em maio (malária, escabiose, conjuntivite). Carvalho, no final de junho, calculava o grupo que foi ao Xingu como contando entre 105 e 110 pessoas.

As informações de que disponho (entrevistas com os índios e com o atendente de enfermagem do P.I.A Ipixuna, sr. Antonio Lisboa Dutra, na área desde 1975) não coincidem exatamente com estas. Tão logo Carvalho deixou os Araweté, o sertanista Raimundo Alves, novamente chefiando a Frente, convence os índios a se mudarem para o sítio do Posto de Atração, no alto Ipixuna, onde estavam, aliás, suas antigas aldeias. Primeiramente, havia levado dois índios, de barco, para conhecerem o local, e estes venceram o restante do grupo a efetuar a viagem. Esta se fez por terra, durando 22 dias; os índios foram seguindo atrás dos sertanistas Raimundo Alves e Assis. A maioria estava fraca demais para caminhar, e muitos (tenho os nomes de 33 indivíduos) simplesmente morreram no caminho; nas margens do Xingu, segundo os Araweté, apenas um índio havia morrido, devido a ferimento de flecha do ataque Parakanã no alto Ipixuna. Raimundo Alves chega ao Posto de Atração no dia 27/07/76 com 27 índios.

O segundo diário de João Carvalho se inicia a 04/09/76, quando este retorna ao Ipixuna. Ali encontra, acampados próximos ao P.I.A., 44 índios, muito doentes: malária, piodermites e escabiose, conjuntivite infecciosa. Assim, entre os 27 índios que chegaram com R.Alves em julho e os 44 encontrados por Carvalho em setembro, no Posto, não sei a que atribuir este aumento de população; provavelmente os Araweté foram-se deslocando pouco a pouco de acampamentos na mata, após terem abandonado as margens do Xingu, em direção ao Posto.

(13) Carvalho esteve com os Araweté nos seguintes períodos: 25/05/76 a 06/06/76; 04/09/76 a 15/01/77; 17/03/77 a 04/07/77; e 15/09/77 a 17/11/77. Todos os seus diários, que me foram gentilmente cedidos por Berta Ribeiro, são referidos como Carvalho 1977.

No dia 29 de setembro, outro grupo de índios, em número indeterminado, chega ao Posto, também oito doentes e fracos - não sabemos se se tratam de Araweté que estavam no Xingu ou de gente da aldeia do Jatobá.

Em meados de novembro, Carvalho vai com alguns índios até uma "aldeia velha" - que creio ser um dos acampamentos erguidos pelos Araweté em sua fuga para o Xingu, em caminho que cruzava o Jatobá. Nesta viagem, encontra dezesseis ossadas no dia 17; quinze no dia 18 ("de adultos, sem contar as crianças que continuam em segredo"); no dia 19, seis sepulturas são-lhe mostradas; e no dia 20, já no caminho de volta, indicam-lhe o local da morte de mais três índios (casal e filho). No total, portanto, Carvalho registra o encontro de 40 cadáveres ou sepulturas; tudo indica que se tratam daqueles Araweté que não resistiram à caminhada até o Posto e morreram. Anteriormente, porém, o sertanista menciona as "ossadas que ficaram no Xingu" (24/09), mas não achei registro destes mortos em qualquer outro documento da frente de atração. Caso as "ossadas do Xingu" sejam as dos Araweté que não conseguiram acompanhar a viagem até o Posto, os 40 cadáveres vistos por Carvalho seriam de outro subgrupo (o que aumentaria de muito as estimativas sobre o total da população Araweté pré-1976), que não foi ao Xingu, ou teria tomado outro caminho ao sair de lá. Assim também, os "46 cadáveres, somente de adultos" referidos por Arnaud (1978, p.16) encontrados pela frente de atração devem ser os 40 vistos por Carvalho.

No dia 19 de dezembro chegam ao Posto alguns índios da aldeia do Jatobá, trazendo a notícia do ataque recente dos Parakanã a esta aldeia, em que morreram pelo menos sete Araweté (dados meus - EVC), e uma mulher foi raptada - logo retornou -, e o resto da aldeia se dispersou na mata. Não está claro se estes sobreviventes morreram em seguida ou foram aos poucos se dirigindo para o Posto; o diário de Carvalho se encerra aos 15/01/77. Como um censo realizado em março de 1977 indica 120 índios¹⁴, e a população Araweté do Posto em setembro de 1976 era de 44 índios, devem ter havido deslocamentos maciços de índios da outra aldeia, e de acampamentos ao longo do caminho Xingu-Ipixuna, para a aldeia do Posto.

Os diários do sertanista referentes a 1977 mostram os Arawe

(14) Segundo Müller et al. 1979, p.24. Arnaud 1978, p.11 fala em 119 índios. Veremos adiante isto.

té preparando um contra-ataque aos Parakanã, que ainda perambulavam pela área (especialmente a margem esquerda do Ipixuna, em seu alto curso). Iniciam-se também os preparativos para a transferência do Posto (e dos índios) para o local onde hoje se acha, no médio Ipixuna. Esta mudança é explicada por Carvalho como resultado do temor Araweté de novos ataques Parakanã. Mas outras considerações, da equipe da FUNAI, também devem ter pesado: o trecho do Ipixuna entre o atual e o antigo Posto é muito encachoeirado e perigoso.

Os Araweté, embora atingidos em 1977 por epidemias de gripe e desinteria, começam a se recuperar do calamitoso ano de 1976. Em setembro de 1977, dá-se uma emboscada Parakanã nas cercanias da aldeia Araweté próxima do Posto, sem vítimas (uma mulher e sua filha são visadas mas não atingidas). Em outubro de 1977 a frente do Ipixuna e vários índios saem no encalço dos Parakanã, seguindo seus vestígios por um mês, sem sucesso. Retornando ao Posto, recebem a notícia do ataque Xikrin aos Parakanã, nas cabeceiras do igarapé Arroz Cru. Encerra-se, com isso, a fase dos ataques Parakanã aos Araweté, e o diário de Carvalho.

A partir de julho de 1978 a Frente de Atração, novamente chefiada por Raimundo Alves, instala o novo Posto na margem esquerda do médio Ipixuna (cf. coordenadas à p.3), e os Araweté para lá se transferem. Duas aldeias são erguidas, uma junto ao Posto e à roça aberta pela equipe da FUNAI, a outra, menor, na margem direita do Ipixuna, a cerca de um quilômetro do Posto, junto a roças abertas pelos índios.

No final de 1980 Raimundo Alves é substituído na chefia do Posto pelo auxiliar técnico de indigenismo Eliezer Gomes da Silva. Ele e o enfermeiro A.Lisboa Dutra são a equipe da FUNAI ainda hoje lotada no P.I.A.Ipixuna.

A partir de novembro de 1981 os Araweté da margem direita do Ipixuna iniciam uma mudança espontânea para a aldeia do Posto, fundindo-se com esta (ver adiante, mapas). O motivo da mudança foi a necessidade sentida por este grupo de ficar mais próximo dos bens e serviços do P.I.

Em sua nova situação, os Araweté vêm demonstrando uma rápida e notável recuperação dos traumas demográficos e sociais sofridos por ocasião das guerras Parakanã e do contato.

(N.B.: A bem da completude deste histórico, devo ainda registrar que, em 1969, um "gateiro" denominado "Zé do Índio" levou por duas vezes grupos de Araweté até a margem do Xingu. Poram possivelmente estes

passeios que alertaram os civilizados para os Araweté, de forma definitiva.

Devo acrescentar ainda que todos estes dados históricos estão sujeitos a precisões adicionais, dependendo de meu retorno à área e aprofundamento na língua.)

Dados populacionais 76-82

Estimo a população Araweté, imediatamente antes das investidas Parakanã de 1975-76, como estando em torno dos 200 indivíduos. A mortalidade provocada por epidemias (malária, gripe, conjuntivite infecciosa) e desnutrição foi maior que as baixas causadas pelos Parakanã. A transferência dos índios que estavam no Xingu até o Posto no Ipixuna parece ter sido especialmente catastrófica, e, entre maio de 1976 e o assentamento definitivo dos índios na aldeia do Posto, no final do ano (com o abandono da aldeia do Jatobá e reagrupamento daqueles que estavam dispersos no mato), calculo tenham morrido cerca de 50-60 Araweté. Naturalmente, os Parakanã também fizeram muitas vítimas (da ordem de uma vintena).

O primeiro censo Araweté dataria de março de 1977, e conta 120 pessoas (Müller et al. 1979, p.24). Arnaud, entretanto (1978, pps.10-11), fala em 119 índios em "meados de 1977", e dá o quadro:

IDADES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
70-74	1	1	2
65-69	0	0	0
60-64	1	0	1
55-59	0	0	0
50-54	0	1	1
45-49	1	0	1
40-44	1	1	2
35-39	7	5	12
30-34	6	7	13
25-29	9	9	18
20-24	8	5	13
15-19	3	3	6
10-14	5	4	9
5-9	7	10	17
0-4	10	14	24
	59	60	119

População esta dividida "em 36 famílias elementares monogâmicas, cada qual ocupando uma habitação" (op.cit., p.11).

Disponho, no entanto, de outro recenseamento, datado de 17/06/77, ao que parece feito por J.Carvalho (i.e. a mesma fonte de Arnaud) por ocasião da visita de uma equipe de lexicistas do Posto:

IDADES	HOMENS	MULHERES	TOTAIS
70-	2	1	3
65-69	0	0	0
60-64	1	0	1
55-59	0	0	0
50-54	0	1	1
45-49	1	0	1
40-44	1	1	2
35-39	7	7	14
30-34	6	5	11
25-29	9	8	17
20-24	9	5	14
15-19	3	4	7
10-14	6	3	9
5-9	6	10	16
0-4	11	13	24
	<u>62</u>	<u>58</u>	<u>120</u>

A discrepância entre os dados de Arnaud e este censo se explica, em parte, pela variação nas estimativas de idade. De toda forma, a população Araweté em 1977 se apresentava bem equilibrada em termos da relação homens/mulheres, e com 58,4% de jovens com menos de 25 anos.

Em 1978, julho, a população era de 122 indivíduos (Müller et al. 1979, p.25). Não disponho de tabelas para este ano. Em 1979 (creio que em meados deste ano), a população Araweté sobe para 133 indivíduos, indicando a rápida recuperação demográfica do grupo. Os dados de Müller são os seguintes:

IDADES	HOMENS	MULHERES	TOTAIS
(sic) 60-	03	01	04
50-54	0	01	01
45-49	0	0	0
40-44	07	02	09
35-39	06	09	15
30-34	04	05	09
25-29	12	06	18
20-24	05	03	08
15-19	04	03	07
10-14	04	07	11
5-9	09	11	20
0-4	17	14	31
	<u>71</u>	<u>62</u>	<u>133</u>

(Müller et al. 1979, p.23)

Novamente se notam discrepâncias nas estatísticas, de 1977 para 1979 - em parte, como é usual, devido às diferentes estimativas de idade; e também provavelmente porque os censos anteriores deixaram de registrar alguns adultos.

O ano de 1980 assistiu à morte de 12 Araweté, 2 adultos por malária e 10 crianças menores de seis anos por processo bronco-pneumônico. A epidemia de gripe atingiu seu auge em setembro deste ano.

Em junho de 1981, eu e o Dr. Frederico Ribeiro realizamos o censo das então duas aldeias Araweté, com o seguinte resultado:

IDADES	HOMENS	MULHERES	TOTAIS
65-	02	0	02
60-64	0	01	01
55-59	0	0	0
50-54	0	01	01
45-49	03	02	05
40-44	06	03	09
35-39	05	07	12
30-34	08	05	13
25-29	08	05	13
20-24	03	03	06
15-19	07	07	14
10-14	05	08	13
5-9	09	12	21
0-4	06	14	20
	<u>62</u>	<u>68</u>	<u>130</u>

(cf. Ribeiro 1981, p.9)

Minha maior familiaridade com os Araweté, hoje, levou-me a recalcular a idade de alguns indivíduos.

Em abril de 1982, meus dados registram:

IDADES	HOMENS	MULHERES	TOTAIS
70-	02	01	03
65-69	00	00	00
60-64	00	00	00
55-59	00	01	01
50-54	02	00	02
45-49	05	03	08
40-44	04	05	09
35-39	09	07	16
30-34	08	06	12
25-29	07	04	11
20-24	04	02	06
15-19	03	06	09
10-14	06	08	14
5-9	09	12	21
0-4	06	18	24
	<u>63</u>	<u>73</u>	<u>136</u>

O que significa uma proporção de 54,4% de menores de 25 anos, com grande concentração nas faixas etárias de 0 a 9 anos; isto é, uma boa taxa de natalidade em anos recentes. A mudança de minhas estimativas de idade atingiu sobretudo a população masculina adulta (faixa dos 15 aos 40 anos) que, a meu parecer atual, tende a ser mais velha que o que vinha sendo estimado. A proporcionalidade entre os sexos permanece, a grande diferença em favor das mulheres se concentrando na faixa 0-4 anos - pois a tendência Araweté recente é a uma muito maior natalidade feminina.

O registro de nascimentos só começou a ser feito a partir de 25/10/77. Desta data até 26/04/82, houve 34 nascimentos entre os Araweté (35, se considerarmos um caso de infanticídio pós-parto), o que, para uma população entre 120-130 indivíduos, pode ser considerada uma alta taxa de natalidade, capaz de compensar as mortes por epidemias e a relativamente alta incidência de abortos espontâneos.

A prática do infanticídio do primeiro filho de uma mulher, que alguns atribuíam aos Araweté, não foi por mim confirmada. Há, de fato, o costume do infanticídio, mas ele está longe de ser tão sistemático, e suas motivações são variadas. O único caso a que assisti (março de 1982), de um casal que decidiu "deixar, ficar" (ápitã) a filha recém-nascida - isto é, enterrá-la -, se explica pela violenta gripe que gras sava então na aldeia Araweté. O casal já tinha dois filhos (de 6 e 3 anos), e afirmou-me que criança nascida durante uma epidemia "não é bom". Como, de 1976 até hoje, várias epidemias atingiram os Araweté, isto talvez explique as informações dos funcionários da FUNAI sobre uma prática sistemática de infanticídio. Por outro lado, casos de gravidez em casais pouco estáveis ou muito jovens podem levar à decisão de infanticídio. Acrescente-se, porém, que o nascimento do primeiro filho é, para o casal, um evento crucial, pois implica na mudança de nomes para eles, que abandonam seus nomes de infância (hsán nêhêre) e adotam um tecnônimo (nome do filho + /-rã/ ou /-hi/).

A taxa de mortalidade infantil é muito alta (não tenho condições de calculá-la numericamente). Estimo que cada mulher adulta tenha apenas 50% de seus filhos vivos. Esta taxa é compensada pela elevada fertilidade Araweté; cada mulher adulta, ao atingir a menopausa, gera em média 5 ou 6 filhos (cf. Ribeiro 1981, p.7). A produção de crianças é um valor cultural muito positivo, para os Araweté, que, em geral, dizem preferir os filhos homens, "porque caçam".

O registro de óbitos Araweté só se inicia em 02/06/77. Como não tenho ainda dados exatos sobre o número de mortos na aldeia do Posto, de 27/07/76 (data da chegada de Raimundo Alves com os 27 índios) até o início do registro de óbitos, é possível que a população Araweté da época pré-1976 fosse ainda maior que minha estimativa de 200 indivíduos (cf.p. 22); talvez 230 fosse um número mais aproximado da realidade. Há que se levar em conta o precário estado de saúde da população em 76-77, e também a não-exaustividade do levantamento de mortos encontrados por João Carvalho em 1976, na mata; e ainda, talvez, computar os índios "que não vimos morrer", como dizem os Araweté, isto é, que teriam se separado do grupo atual.

De 02/06/77 até o presente, ocorreram 19 óbitos entre os Araweté (20 se computarmos o caso de infanticídio), pelas seguintes causas (cf. Ribeiro 1981, pps.6-7, e minha atualização):

- choque anestésico (1) - Belém
- malária (2)
- afogamento (2) - crianças
- processo bronco-pneumônico (11)
- causas desconhecidas (3) - recém-nascidos

As seguintes epidemias atingiram os Araweté: malária, conjuntivite infecciosa, gripe, em 1976; gripe e desintéria amebiana em 1977; gripe em 1980; gripe em 1982. Ao contrário da gripe de 1980, que atingiu praticamente só crianças com êxito fatal, a de fevereiro-março de 1982 abateu principalmente adultos, causando a morte de uma mulher de 40 anos, por processo bronco-pneumônico, e resultando em pneumonia em mais 2 pessoas.

Excluindo estes óbitos registrados pelo Posto, consegui levantar os nomes de 192 mortos Araweté lembrados pelo grupo, parentes em linha direta (pais, filhos, irmãos, avós) dos adultos atuais, distantes não mais de duas gerações. Este é um levantamento ainda muito incompleto, e o registro apenas como fase de uma pesquisa em andamento. A distribuição das causas de morte é:

- Mortos/raptados pelos Kayapó e Awĩ acĩkã - 31
- Mortos pelos Parakanã nos ataques de 76-77-21
- "Mortos"/raptados pelos Asuriní - 3
- Mortos/"raptados" pelos brancos - 3
- Mortos na época do contato (epidemias, caminhada até o Posto, mortos no mato - 35

- Mortos no "Posto Velho" não-registrados	- 10
- Acidentes	- 11
- "Doença"/"febre" (pré-1976)	- 20
- Causas que desconheço	- 57

Como se percebe, devem ter havido surtos epidêmicos anteriores a 1976, causados pelos contatos esporádicos com os "gateiros".

Para dados mais completos sobre a situação de saúde e assistência médica aos Araweté, deve-se consultar o relatório do Dr. Frederico Ribeiro (Ribeiro 1981).

Em conclusão a este capítulo, quero ressaltar mais uma vez a franca recuperação demográfica dos Araweté, e chamar a atenção para sua política de rápido crescimento populacional. Caso sejam mantidas e sobretudo melhoradas as condições de assistência médica e controle epidemiológico, esta população tenderá a aumentar a uma taxa aproximada de 10 indivíduos por ano. Esta tendência deve ser seriamente considerada ao se proceder à eleição de uma área adequada para o grupo.

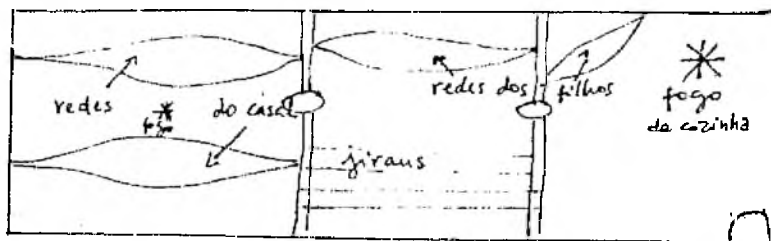
A aldeia Araweté:

Situação atual e ciclo de subsistência

Toda a população Araweté se concentra hoje em uma única aldeia junto ao P.I.A. Ipixuna, compreendendo esta 45 casas, das quais 13 ocupadas pelos moradores da antiga aldeia da margem direita do Ipixuna, que se transferiram em novembro-dezembro de 1981. A aldeia se ergue em uma "terra alta" na margem esquerda do médio Ipixuna, entre uma curva deste e um igarapé (Temekũñtã yĩ) que passa a noroeste e deságua mais abaixo no Ipixuna. O terreno é relativamente plano, com as instalações do Posto em um nível mais baixo, na direção do rio; as chuvas do "inverno" causam grandes poças, tornando a circulação entre as casas difícil.

Apenas 4 das casas ainda são construídas no estilo tradicional, isto é, "um arcabouço de madeira, preso a três esteios e um travessão. O teto e as paredes laterais, abobadados, são cobertos com folhas de palmeira babaçu. As paredes frontal e costal, bem como a vedação da porta são feitas de esteiras trançadas, superpostas. Essa casa de planta retangular, sem separação de teto e paredes laterais, é caracterizada pelo tamanho ôminuto da porta..." (Ribeiro s/d., pps.17-18).

Tais casas tradicionais (a hete) foram sendo progressivamente abandonadas por casas de taipa, à maneira das instalações dos funcionários do Posto. Não obstante, alguns dos princípios da casa tradicional foram mantidos, como a ausência de janelas (agora sendo abertas por sua gestão dos brancos) e o tamanho menor da porta. Algumas dessas novas casas (tapi hã; tapi é o "tapiri" de acampamento) possuem divisórias e cômodos internos, usados como quarto de dormir ou depósito de jabotis. A planta típica de uma casa Araweté atual é:



Suas dimensões variam muito; algumas são geminadas (haka peti mã). A casa tradicional é de dimensões em geral pequenas - Ribeiro (s/d. p.18) mediu 3,70 m. de altura, 4 m. de largura e 10 m. de comprimento. Nada indica que os Araweté, outrora, construíssem casas grandes ou casas cerimoniais, como seus vizinhos Asuriní.

Tipicamente, os moradores de uma casa formam uma família conjugal - um casal e filhos pequenos (até 10-12 anos). Era costume os meninos, na pré-adolescência, construírem pequenas casinhas, idênticas à dos pais, junto a esta, ali dormindo, sozinhos. As mulheres, ao atingirem a puberdade, normalmente vão residir com um marido. Não consegui determinar se os Araweté atribuem a propriedade da casa aos homens ou às mulheres; alguns dizem que aos homens, porque as constroem; outros (outras) às mulheres, porque as limpam e mantêm. Esta indefinição me parece derivar de outra, que concerne à residência pós-marital: de fato, sou incapaz de caracterizar os Araweté, claramente, como uxori- ou virilocalis⁽¹⁵⁾. Não obstante, certos costumes - como a construção das pequenas casas dos rapazes solteiros, e as trocas temporárias de cônjuges, quando são as mulheres que mudam para a casa do novo parceiro - me levam a atribuir o "controle" da residência ao homem.

(15) Não me estenderei além do estritamente necessário em considerações sobre a estrutura social Araweté. Igualmente, para descrições da cultura material, ver Ribeiro s/d. As casinhas dos meninos ainda são feitas, mas também de taipa; em alguns casos, o jovem passa a morar num anexo ou quarto da casa dos pais, e não em casa própria.

Cada residência possui ainda, como parte de seu território, o pátio ou terreiro - hukã -, uma área limpa de mata em frente ou ao lado da porta, onde ficam os fogos de cozinha no tempo da seca; é ali que se trabalha, torrando e pilando o milho, fabricando flechas, etc.; é ali também que as famílias se juntam para comer e para conversar à noite, todos deitados em esteiras (tupé).

Há grupos de casa que possuem hukã comuns; mas não existe, a bem dizer, um hukã ou pátio central, coletivo, referência de toda a aldeia. Chegamos assim à peculiar morfologia da aldeia Araweté.

Ao recém-chegado, a aldeia Araweté dá a impressão de uma confusão "urbana" muito grande. Ela é toda plantada, à volta e entre as casas, de árvores frutíferas - mamoeiros e bananeiras - e outras plantas úteis - o curauá (que dá a cordoaria), fumo, cueiras, urucum (esta planta é mais comum no fundo das casas e na periferia da aldeia). As casas são muito próximas umas das outras, e não obedecem a nenhum princípio visível de alinhamento ou disposição (ver mapa p. seguinte). Os caminhos entre uma casa/pátio e outra/o são tortuosos; ainda se vêem os enormes buracos abertos para tirar o barro das novas casas, cheios de lixo, palha de milho e cascos de jabotis.

Não obstante - e apesar dos comentários depreciativos de alguns brancos, que prefeririam que a aldeia fosse um "arruado" - existe uma lógica espacial bem nítida, na aldeia Araweté. As casas tendem a se organizar/orientar em torno de um pátio comum, formando grupos ou seções residenciais, cada um possuindo um hukã próprio. Se examinarmos as conexões genealógicas entre os moradores das casas que possuem um hukã comum, veremos que cada seção abriga uma família extensa bilateral, com regras de formação bastante fluidas. Existe, no terreno, uma ligeira tendência uxorilocal - i.e. dividem o mesmo pátio (não o mesmo fogo, pois cada fogo é símbolo de uma família conjugal) as casas de um casal adulto, dos pais de mulher, das filhas casadas deste casal. Mas há vários outros arranjos possíveis - irmãos casados morando em casas contíguas, casal de meia-idade e seus filhos e filhas casados dividindo o mesmo pátio, etc. (ver Viveiros de Castro 1981, para uma descrição mais detalhada das seções residenciais). O que importa, é que a aldeia se organiza de modo multicêntrico, com grupos de casas voltadas para pátios próprios.

Existe um pátio - ou uma área de trânsito, contígua a ele - de um grupo de casas que eventualmente serve de sítio para certas ceri

mônias que envolvem toda a aldeia, como o "benzimento" (pajelança, peyê) e consumo do cauim doce (kan hê'ë), e de outros produtos de um esforço produtivo de toda a comunidade (mel, jabotis). Trata-se do espaço entre/diante das casas 13-14-43 do mapa. Mas este pátio não é distinguido, linguística ou conceitualmente, dos pátios de cada seção, não é concebido como "central", geográfica ou socialmente, nem pertence à seção residencial mais "importante" da aldeia. A cerimônia mais formal dos Araweté é o cauim azedo - o kan'dá -; as danças e consumo do mingau são feitos no pátio do "dono do kan", i.e. da família de cuja roca veio o milho e que preparou o cauim.¹⁶

TÍT. A CHEFIA ENTRE OS ARAWETÉ:

Assim pois, que a aldeia Araweté não tem - e tradicionalmente nunca parece ter tido - um centro, no sentido próprio, geográfico, ou no sentido político-ritual. Isto possui várias implicações, ligadas à estrutura social Araweté (possivelmente está associado ao tipo de aldeia menor, tradicional, e a uma presumivelmente alta capacidade de dispersão do grupo em unidades muito menores, assim como à ausência de rituais "sociológicos" do tipo Jê). Uma implicação importante, é que o Posto Indígena assume - cria a função de centro político, e de espaço comunal-público; isto, como veremos adiante, dá ao Posto uma importância política grande, e talvez perigosa.

Os Araweté, ao contrário de boa parte dos grupos Tupi-Guarani conhecidos, não possuem uma chefia forte ou bem definida. Não consegui sequer os cognatos Araweté para as palavras Tupi equivalentes a "chefe" ou "principal" (morubixaba, etc.). Existe uma noção que se poderia aproximar à de "líder" - tenetãmã, "o que vai na frente" -; ela se aplica ao iniciador de qualquer empreendimento coletivo (não necessariamente universal), como uma caçada, pescaria, coleta. E há um homem Araweté (Yuriyatãrã) que normalmente é o tenetãmã de trabalhos coletivos que envolvem toda a aldeia: caçadas cerimoniais dos kan, abertura da pista de pouso. Ele é também um pagé (peyê) importante, responsável pela pajelança do mel coletado coletivamente no fim da estação seca (é dito ser o único que sabe realizar este ritual, considerado perigoso). O chefe do Posto o tem por tenetãmã da aldeia, e de fato - não sei até que ponto por influência linguística dos brancos -, os Araweté respondem que ele é o tenetãmã, quando se pergunta quem o é, em abstrato (i.e. não em relação a um empreendimento específico). Não obstante, este homem não parece

(16) E não no pátio "comunal" das casas 13-14-43, que é mais bem um caminho largo.

possuir nenhuma outra prerrogativa, insígnia ou privilégio cerimonial. Ele pertence, como alguns outros, a uma classe objetiva de "homens importantes", líderes de seções residenciais, "donos de roça" (ver adiante), pagés, "cantores" (marakái) e artesãos hábeis. A função que lhe é atribuída não é hereditária, e parece depender do consenso coletivo. Mas meus dados ainda são precários, neste assunto.

Os pagés tampouco possuem um prestígio político visível, havendo continuidade e variação entre os peyé que são chamados a curar doentes e "xamanizar" alimentos (ver adiante), e os peyé que simplesmente "vêem o Espírito" (Maã hecã) em seus tranSES noturnos e individuais (N.B.: Reservo a descrição e análise do xamanismo Araweté, e a cosmologia nele implicada, para outra oportunidade).

Há que registrar, ainda, o uso Araweté da expressão: "(Nome de um homem)+wĩ" - "os com X", "os de X" - para referir-se a grupos de pessoas. Normalmente, quando usado para designar uma aldeia, o nome que serve de referência é o de um homem adulto, velho ou de meia-idade, com uma grande parentela. Assim, a aldeia da margem direita do Ipixuna podia ser designada por Meyãã wĩ, nome de um velho de ampla parentela, e cantor importante. Nunca ouvi, entretanto, os atuais habitantes da aldeia do Posto (cujo nome é Arahã'í ropá, "aldeia da golosa (ou frutão)", ou ainda Peçã'í ropá, "aldeia do pequizeiro") se auto-designarem como Yuriyatãã wĩ, nome do tenetãã.

As famílias Araweté são em geral monogâmicas, havendo casos esporádicos de poligamia. Conheço apenas um caso, de um homem com duas mulheres (esta prática é chamada de ãyuwãã, isto é, "trazer algo de ambos os lados", numa provável referência à disposição das redes das duas mulheres em relação ao marido), mas que parece se dever à ausência de cônjuge disponível para a mais moça das mulheres, que não tem filhos.

A terminologia e estrutura de parentesco Araweté é caracteristicamente Tupi-Guarani (ver Viveiros de Castro 1981, para descrição preliminar e bibliografia), mas marcada por uma ênfase incomum no parentesco afim. Os casamentos são muito instáveis até o nascimento do primeiro filho; as mulheres costumam ter experiências matrimoniais a partir dos 10-11 anos de idade (em geral com rapazes de 13-14 ou com velhos e deficientes físicos), mas só irão estabelecer uniões mais sólidas aos 18 e mais anos. O mesmo se aplica aos homens. A troca temporária ou definitiva (neste último caso, só ^{entre} ~~com~~ os pais sem filhos) de cônjuges é

prática usual, e estabelece entre os envolvidos uma relação (os laços de apĩhi-pihã) economicamente importante, pois tais pares de casais se constituem muitas vezes em unidades de expedição (caça, coleta). A troca de cônjuges parece estar associada a certos momentos do ciclo econômico-ritual - sobretudo ao tempo da coleta do mel e à dispersão do grupo local imediatamente antes da colheita do milho verde (ver infra).

A seção residencial se apresenta como unidade de produção agrícola e de consumo alimentar. Aqui, vale notar que, dado o tamanho da população Araweté, muitas vezes uma casa (uma família conjugal) se constitui em uma seção residencial "inteira", i.e. com pátio próprio e roça própria. Ela é, em embrião, contudo, uma seção residencial.

Os mortos adultos são atualmente enterrados fora da aldeia, a uma distância que varia entre 50 metros e 2 quilômetros. As crianças pequenas (não sei até que idade) são enterradas dentro das casas ou bem próximo a elas. Tradicionalmente, após uma morte a população da aldeia se dispersa no mato, para escapar ao ta'Awé do morto, que ali perambula durante um certo tempo (cerca de um mês - creio estar este período ligado ao apodrecimento das partes moles do cadáver). Este "espectro" - uma das partes em que se fragmenta a persona Araweté após a morte - empreende então u'a migração até a aldeia em que o morto nasceu, ali desaparecendo ("morrendo") e se transformando em um ente maligno (apoyiçĩ) associado aos espíritos da mata (ãvĩ). As antigas aldeias, assim, possuem uma importância religiosa considerável, ligadas como estão aos mortos.

Por ocasião da morte de Awarahi, em março de 1982, a aldeia não se dispersou, em parte porque todos estavam fracos demais para viajar, em parte porque o chefe do Posto acabara de chegar de Alta mira com alimentos e com 15 espingardas (as primeiras possuídas pelos Araweté, e protelou deliberadamente a entrega destas armas, visando evitar mais mortes na mata, por gripe. É possível que, antigamente, a casa do morto fosse destruída (e mesmo a aldeia abandonada); hoje em dia tal não acontece. Seus pertences tampouco são destruídos ou enterrados, e sim apropriados por quem o desejar.

A enorme importância dos mortos na sociedade Araweté se manifesta através da comunicação que os peyê estabelecem com eles (isto é, com a parte da persona que passa a residir, após uma série

de transformações, junto aos espíritos do "primeiro céu"), e em seu retorno eventual à aldeia para participar de cerimônias coletivas (kan, mel, etc.).

O ciclo de subsistência anual dos Araweté pode ser dividido esquematicamente nas seguintes fases:

(1) Agosto-outubro: derrubada da roça nova de milho; fim dos estoques de milho, início do processamento da mandioca.

(2) Outubro: queimada e coivara.

(3) Outubro-novembro: grandes pescarias com timbó; a aldeia se divide em grupos que acampam junto aos "poções" e grotas, ali se demorando vários dias.

(4) Novembro-dezembro: plantio do milho; tempo da coleta do mel; a aldeia se divide em pequenos grupos que acampam por semanas na mata, caçando e coletando mel, que será, em parte, consumido coletivamente na aldeia.

(5) Dezembro-fevereiro: awačĩ moti arĩ - dispersão da aldeia até à maturação do milho verde; pequenos grupos se dispersam na mata, caçando e coletando castanha-do-pará, cupuaçu, bacaba.

(6) Março-setembro: consumo do milho verde; ciclo da farinha de milho do ritual do cauim (kan) e das caçadas ao tatu. Em meados do ano, expedições de coleta de açai.

Como se pode constatar, o ano Araweté consiste em um ciclo de fases de dispersão na mata e reconcentração na aldeia, de expedições realizadas por pequenos grupos e de consumo cerimonial e coletivo do resultado destas expedições. As festas do cauim de milho e do mel parecem marcar transições importantes.

As expedições anuais levam os Araweté até locais muito distantes da aldeia - para as águas do Jatobá, do Bom Jardim, para as cabeceiras do Ipixuna e do Piranhaquara. Nestas ocasiões, visitam-se as aldeias velhas em busca de algodão, urucum (ambas estas plantas consumidas em grande escala), curauá e frutas.

Os dois principais produtos das roças Araweté são o milho, consumido entre março e outubro, e a mandioca brava, no período complementar. Outras plantas de roça importantes são: a batata-doce, o cará e a macaxeira. Plantam-se ainda: algodão, tabaco (aldeia e roças),

urucum (próximo à aldeia), curauá (na aldeia), mamão (idem), banana (aldeia e roças), abacaxi (aldeia), cuieiras (idem).

O milho (awačĩ, pelo menos 4 variedades¹⁷) predomina claramente, na concepção e na prática Araweté, sobre a mandioca (moá dá). Esta só é elaborada e consumida, como farinha seca ou beijus, quando os estoques de milho se esgotaram e o milho verde ainda não maturou. A "roça" (kapité) Araweté - i.e. a roça aberta anualmente - é roça de milho, entremeada com maior ou menor densidade por mandioca, cará, batata e macaxeira. O milho é consumido, conforme a época, na forma de espigas assadas (bihi), de mingau de milho verde (kanyí), de farinha de milho (awačĩ kã'ã), de paçoca (awačĩ mepi), de mingau^(kan) doce e azedo (kan hẽ'ẽ e kan'dá). O milho pilado é ainda a base do iyí, do pirão ou caldo de carne cozida que acompanha certos tipos de consumo da caça. A paçoca de milho (mepi) é feita com o milho maduro debulhado, torrado e reduzido a pó no pilão; ela é o acompanhamento básico da carne de caça (e de frutas como o mamão e banana), e é a "farinha"-base da dieta Araweté, sendo consumida durante metade do ano ou mais. O mingau azedo, por sua vez, é o centro da maior cerimônia Araweté, o kan'dá, quando este produto (milho maduro pilado, cozido, mastigado pelas mulheres e coado) é consumido em enorme escala por toda a aldeia, em meio a danças e cantos (ãpurahẽ) que lembram os ancestrais e as guerras passadas.

A mandioca é consumida como farinha seca (ãčĩ hete) de massa - ralada em raízes de paxiúba e espremida manualmente, seca ao sol ou no moquém - e como beijus de tapioca. A farinha de puba (ãčĩ kãrĩ) é menos consumida, sendo processada na casa de farinha do Posto; parece ser uma inovação introduzida pelos brancos.

A batata-doce (ãe'ti), o cará (karã) e a macaxeira (bihirĩ, i.e. "de assar", em oposição à mandioca, chamada de ãčĩni, "de farinha") são consumidos cozidos ou assados. O cozimento dos dois primeiros tubérculos é feito com folhas de urucum.

A maior parte da mandioca, macaxeira, cará e batata consumidas durante o ano pelos Araweté é colhida nas roças velhas, dos dois anos anteriores (kapé). Se o milho é obrigatoriamente plantado por todos, e em quantidade sempre suficiente para usos cerimoniais, os demais produtos conhecem uma variação muito grande, de ano para ano e de casa para casa, em termos de quantidade.

(17) Ver Ribeiro s/d. p.9 para as variedades de cada cultivar Araweté. Há vários equívocos em sua lista, e também repetições. Como não possui ainda o catálogo exaustivo das variedades cultivadas, deixo de mencioná-las.

As roças Araweté localizam-se atualmente bastante próximas à aldeia, em sua maioria (há algumas já a uma hora de viagem a pé), uma vez que a localização presente destes índios data de apenas 3-4 anos agrícolas. Até 1981, as roças da aldeia do Posto eram na margem esquerda do Ipixuna, as da outra aldeia (I'tākirití) na margem oposta, e mais ao norte. Neste ano, várias seções residenciais da aldeia do Posto abriram roças novas (usadas em 1982) na margem direita, rumo acima no Ipixuna. Como a mudança da aldeia de baixo se deu em novembro de 1981, seus membros ainda estão-se aprovisionando nas roças plantadas quando ainda moravam do outro lado do rio, na mesma margem direita. Na medida em que os Araweté começam a se familiarizar com o uso de canoas e motores, abrir roças do lado oposto do Ipixuna torna-se mais fácil - pois no tempo do milho verde a travessia do Ipixuna só pode ser feita de barco, pelas mulheres e por quem carregue cestos de milho.

Cada roça nova possui em média 1,5 ha. (100 x 200 metros - ver Ribeiro s/d. p.7), e em muitos casos as roças de diferentes seções residenciais são contíguas, separadas por uma divisa (hāwīyā) de paus não-tombados. Tal contiguidade não exprime necessariamente parentesco entre as seções envolvidas. As roças são derrubadas e queimadas pelos homens, e o milho, a batata, o algodão plantados pelas mulheres com ajuda dos homens. A mandioca, macaxeira e cará são plantados pelos homens⁽¹⁸⁾.

As roças são abertas, queimadas e colhidas por uma seção residencial; no ^{mínimo} ~~caso~~, por um homem e sua mulher, moradores de uma casa ~~compartilhada~~. Assim, embora todos os homens adultos (i.e. moradores em casas individualizadas) de uma seção residencial colaborem no trabalho das roças, e tenham direito sobre a produção, a "propriedade" da roça (o nome sob a qual ela é conhecida) é do líder da seção residencial. Em certos casos, de homens importantes e capazes de mobilizar uma força de trabalho razoável (4 a 5 homens), duas roças, ou

(18) Ver Ribeiro s/d. para uma breve descrição das práticas agrícolas Araweté e a divisão sexual do trabalho agrícola. O urucum e o mamão, plantados nas aldeias, são plantas "das mulheres"; a banana, o fumo e o curauá (e o abacaxi) são plantados pelos homens. Os pés de fruta e de plantas úteis plantados na aldeia o são, em geral, próximo às casas dos donos, e são propriedade individual. Ai se inclui também a titirica-preta (ciyā), cujas sementes são a matéria-prima dos colares e brincos Araweté - sua propriedade e plantio são femininos.

uma roça com dimensões bem maiores, são abertas. Possuir uma roça com o seu nome é sinal de independência e de maturidade. Via de regra, aqueles homens e casais que trabalham em roças atribuídas a outra pessoa, são pessoas jovens, casais ainda sem filhos ou com filhos muito pequenos; trabalham na roça do sogro, do pai/mãe. Isto não significa que tais casais não possam se apropriar dos produtos da roça a mesmo título que o "proprietário" ou "titular" da roça. Podem mesmo decidir patrocinar um awači dawoči - a colheita do milho de uma roça por toda a aldeia, para a elaboração do mingau hē'ē - ou um kan'dá, quando o casal patrocinador colhe enormes quantidades de milho e o processa como cauim azedo.

O número de roças, ^{Roças e grupos domésticos:} portanto, não corresponde ao número de casas, mas ao de seções residenciais; ele é mesmo um guia ainda mais seguro que a organização espacial (aberta a múltiplas contingências empíricas) para a identificação das seções residenciais. Aproximadamente metade das roças existentes, hoje, embora referidas pelo nome de um homem (ou casal), são o fruto do trabalho de mais de uma casa. A outra metade corresponde a casas individuais, de casais que acabam de entrar na maturidade ou que não possuem parentes próximos. No caso de seções residenciais formadas, não por famílias extensas bilaterais, mas por "joint-families" (irmãos casados), a regra é haverem roças separadas/distintas para cada casa.¹⁹

As roças podem ser identificadas segundo o nome de um homem ou o de sua esposa. Neste último caso, o que se enfatiza é a pertinência do milho ao domínio feminino - são as mulheres que o plantam.

Como já mencionamos, em certas ocasiões o produto de uma roça é colhido por toda a aldeia/grupo local para a realização de uma cerimônia. Esta prática chama-se dawoči, termo aplicado a toda coleta/colheita coletiva de um recurso alimentar (vegetal) - banana, açaí, baceba, batata-doce (com o cará não se o faz, "porque tem pouco") -, consumido então coletivamente. A unidade de colheita do dawoči é o

(19) O verbo usado para definir o trabalho associado de duas ou mais casas na mesma roça é ayāpitivā.

casal/casa. O produto assim colhido, assim é processado - pela unidade doméstica -, e em seguida oferecido coletivamente a toda a aldeia, separando-se uma parte especial para o dono da roça em que o produto foi colhido (este é o caso do kan hē'ē, em que o awačĩ'nā'né recebe parte do milho de sua roça, colhido por cada casal, como paço ca de milho, e toma também de cada panela de mingau alinhada no pátio).

1
A caça é a atividade definidora do espaço masculino, e objeto de intenso investimento cultural para os Araweté. Os Araweté caçam uma variedade de animais bem maior que o normal em grupos Tupi, uma vez que parecem ter menos proibições alimentares ou animais-tabu. Em ordem aproximada de importância (alimentar), temos as seguintes caças principais: jabotis; tatus; mutuns; jacus; cotia; caititu; queixada; guaribas; espécies de macacos-prego; pacas; veados; inhambus; araras; tucanos; jacamim e outros pássaros; anta. Os tucanos, araras, o gavião-real e outro, o mutum e dois tipos de cotingídeos (anambés, cotingas) são caçados também pelas penas, para flechas e adornos plumários; assim também o japu e o rei-congo. As araras (vermelha e canindé) e os papagaios são também capturados vivos, e criados como herimã (xerimbabos) na aldeia; a aldeia do Posto, em 1982, tinha cerca de 40 araras criadas soltas. O gavião-real (harpia) pode ser capturado vivo e mantido em gaiola.

Os jabotis e tatus são menos "caçados" que coletados (kati, "buscar"), e se constituem no alimento animal mais comum. O jaboti é disponível em qualquer época do ano, e pode ser guardado como reserva alimentar para os dias difíceis. É também objeto de caçadas coletivas. Os tatus (ao menos duas espécies) são um alimento cerimonial importante da época do kan, quando são objeto de caçadas rituais (kan mora). O período anual do kan e do consumo do awačĩ mepi está associado às caçadas de tatu, especialmente nos meses de fevereiro e julho, quando estes animais são ditos estarem gordos.

Os queixadas são o motivo de grandes caçadas coletivas não-planejadas, e realizadas em meio a grande excitação. Normalmente, um adulto Araweté sai para caçar em dias alternados; esta é também a periodicidade das caçadas coletivas de tatu nos meses de fevereiro a agosto. A área coberta pelos Araweté em suas caçadas - sobretudo nas épocas de dispersão do grupo local - é muito ampla. Via de regra, nos

períodos em que se permanece na aldeia, os caçadores não vão mais longe que meio dia de viagem (i.e. um raio de quinze-vingte quilômetros a partir da aldeia). As caçadas coletivas do kan'dá e as expedições no tempo da maturação do milho, porém, os levam até 10 dias de viagem, para as águas de outros rios da região, em alguns casos chegando mesmo até o divisor de águas Ipixuna-Bacajá.

Alguns animais, como a anta, o veado, o jaboti, certas espécies de tatu, os guaribas (e certos peixes, e certos produtos coletados) são ditos ipeyã pi: que devem ser "xamanizados" (peyã, benzidos com o chocalho arái por um pagé, que evoca certos espíritos ditos "comedores" - 'ã - da espécie em questão). Caso contrário, suas "flechas" (o'í) e seu "espírito" (ta'hwé) causarão doenças a quem os consumir. Não obstante, tal prática parece estar em desuso entre os Araweté, que só realizam o peyã de alimentos coletados ou produzidos coletivamente (kan, mel, jabotis, peixe na época do timbó). Tenho para mim que os alimentos ipeyã pi são aqueles que, resultado de um esforço coletivo ou individual, são no entanto consumidos coletivamente. Este seria o caso dos animais grandes - anta e veado -, que podem ser mortos por só um indivíduo, mas devem ser repartidos. O jaboti, o guariba e o tatu, se não são objeto de uma caçada coletiva-cerimonial, não são benzidos. O queixada, por sua vez, não é dito ipeyã pi.

Há incerteza quanto a saber se os Araweté comem ou não a anta e o veado. Na medida em que os brancos (funcionários da FUNAI) entram necessariamente em cena sempre que se mata um animal grande, e muitas vezes interferem ou dirigem a maneira como o animal deve ser dividido e/ou consumido, as atitudes Araweté quanto a estes animais se modificam e se ocultam atrás do modelo kamarã ("civilizado"). Por muito tempo, segundo informações dos funcionários do Posto, os índios não comeram veado (i.e. no Posto velho) e anta. Hoje em dia, o primeiro animal é consumido livremente (a partilha de sua carne, curiosamente, bem como a dos queixadas e caititus, costuma ser feita no Posto), sem peyã. O segundo é objeto de maiores reservas; muitos Araweté não o comem, alegando que, do modo como os brancos o cortam e preparam (assado ou cozido, i.e. não-moqueado), não se pode benzê-lo; então não se o come. Outros esperam que os brancos mokatã (limpem, lavem, cortem) a anta para então comê-la. Outros a comem livremente. Mas a anta é um animal perigoso; não se deve falar em voz alta, diante de sua carcaca,

em pajelança.

A carne de caça é comida preferencialmente cozida, usando-se o caldo da carne para fazer o namopiré, pirão de pacoça, ou o iyí, caldo grosso de milho e carne cozidas. Pode-se assá-la também, ou certas partes do animal (como a gordura da casca e o rabo dos tatus). O moquém parece em desuso, sendo porém amplamente empregado nas caçadas cerimoniais do kan, quando os homens acampam na mata por cerca de uma semana, voltando com abundante provisão de carne moqueada, ^e que dispensa a aldeia de caçar por algum tempo. A limpeza e preparo da carne é tarefa essencialmente masculina; os homens cozinham, mas as mulheres podem ajudá-los (na característica fluidez da divisão sexual do trabalho Araweté).

A típica refeição Araweté é tomada à noite, após a chegada dos caçadores ao por do sol; quando a caçada é abundante, a aldeia toda procede a uma "ronda gastronômica", as famílias se deslocando de casas em casa (das seções residenciais e que estão ligados próxima ou distantemente - conforme a quantidade de carne) e comendo em grupo, nos pátios.

As armas de caça Araweté são o arco (irapũ) de pau d'arco e três tipos básicos de flecha (ponta lanceolada de bambu, ponta de osso de guariba, ponta de pau endurecido no fogo - a primeira é em plumada com penas de harpia, as segundas com penas de mutum). É comum, quando se vai buscar tatu e jaboti, sair-se sem nada nas mãos além do terçado; a capacidade de improvisar armas, no mato, é notável entre os Araweté. De dois anos para cá, os Araweté começaram a se familiarizar com as armas de fogo. Originalmente, uns poucos caçavam com as armas (20 e 22) do Posto. Em março de 1982 - atendendo a um forte anseio Araweté, que de fato preferem caçar com espingardas -, o chefe do Posto, através de uma verba da "cantina reembolsável" (ver adiante) recentemente introduzida, trouxe 15 cartucheiras calibre 20. Boa parte dos índios, sobretudo os homens mais velhos, ainda não sabe usar tal arma; mas alguns já se mostram exímios atiradores.

As armas de fogo, embora representem um indiscutível (segundo os Araweté) aumento na capacidade de obtenção de proteína animal, poderão levar a médio prazo à diminuição da caça na área usualmente batida pelos índios; sobretudo numa situação - dependência do Posto quanto a bens e serviços (o que inclui cartuchos, etc.) - em que os Araweté tendem a se afastar por menos tempo e a distâncias menores

da aldeia-base. Isto poderá levar a várias medidas compensatórias: fragmentação da aldeia em grupos locais menores, novamente; aumento dos períodos de dispersão da aldeia; expedições de caça mais demoradas; mudança de local da aldeia (improvável); maior dependência de bens alimentares da roça e/ou de provisões trazidas pela FUNAI. Trata-se de qualquer modo de uma mudança irreversível, que deve ser acompanhada com cautela e prudência pelos funcionários da FUNAI.

A pesca Araweté se divide em dois períodos marcados: a estação pdã nopi mé, "tempo de bater/matar o peixe", estação do timbó (cĩmã), no auge da seca; e a pesca cotidiana, feita com arco e flecha e, preferencialmente, com linha e anzol kamarã. Ribeiro (s/d. p.14) menciona uma armadilha de pesca (harã), que não vi ainda ser usada.

A pesca com timbó leva à fragmentação do grupo local em grupos menores, que acampam junto aos "poções" no Ipixuna - chegando até locais bem próximos à foz deste rio - e a igarapés quase secos. O peixe assim obtido (N.B.: ainda não assisti à pesca com timbó) é moqueado, e trazido para a aldeia, quando é então xamanizado. O peixe-tipo desta pescaria é o trairão (pdã ahã). As pescarias cotidianas, que aumentam de intensidade conforme vão baixando as águas dos rios, são feitas preferencialmente com linha e anzol (o arco e flecha é mais usado nas cachoeiras, para os curimatã e curupité). Os meninos e meninas, entre os 5 e os 15 anos, são os pescadores mais assíduos, e o produto de seus esforços contribui substancialmente para a alimentação da aldeia. A pesca é atividade (refiro-me à pesca cotidiana, sem o timbó) que pode ser realizada pelas mulheres, também. E o é, até certo ponto mais que pelos homens. Notei que muitos homens, sobretudo os mais velhos e os líderes de seções residenciais, pescam muito pouco, ou não pescam. Embora o peixe seja alimento muito valorizado, o é menos que a caça. Parece ser uma atividade derivativa para os homens. Sob a influência dos hábitos dos kamarã, e da atividade pesqueira regular dos funcionários do Posto, os homens começam a pescar mais.

Dentre as espécies não-consumidas pelos Araweté estão: o pirarara, a arraia, o cuiu-cuiu. Salvo exceções que desconheço, todos os demais peixes do Ipixuna são consumidos, especialmente o trairão, o tucunaré, os pacus, as piranhas, a pescade-branca, os mandis e surubins, o peixe-cachorra. Come-se também os caranguejos dos pequenos cursos d'água, os tejus e tamboatás.

Dentre os principais produtos de coleta, ressaltam: (1) o mel, de elevada importância simbólica para os Araweté, que possuem uma refinada classificação de tipos diferentes de mel; ele predomina sobre qualquer outro produto de coleta, e não é incomum se verem grandes castanheiras derrubadas para se tirar mel; como apenas este fim de ano vou assistir ao tempo do mel, tenho poucos dados sobre seu consumo; sei apenas que ele é objeto de uma pajelança muito importante e perigosa; (2) a castanha-do-pará (yí), coletada em razoáveis quantidades no tempo das expedições de começo de inverno; os Araweté não são, porém, "coletores de castanha" (que existe em grande quantidade, segundo dizem, nas cabeceiras do Ipixuna), e chegam por vezes a derrubar castanheiras para colher os frutos verdes; (3) o açaí (açay), também objeto de pajelança e consumo coletivo; (4) a bacaba (açaydãhã); (5) o cupuaçu (kãpi); (6) o coco babaçu (natã), comido e usado como liga do urucum. Coletam-se ainda frutos de importância menor, como o cajá, a goiosa, a sapucaia, o ingá. Outro produto coletado é o payikã, os frutos de Anadenanthera peregrina, que, torrados e pulverizados, dão um alucinógeno misturado ao tabaco, usado pelos pagés para o transe.

Dentre os demais recursos necessários à subsistência Araweté, encontram-se: as folhas de babaçu para as casas, esteiras e cestos; a bainha das folhas de inajá, babaçu e açaí, usada como cochos (ipé); as canas (canajuba e outra) para a haste das flechas; a taquara para a ponta lanceolada; o pau d'arco para o arco e o formão; a taquarinha e outras talas para peneiras e para o chocalho arái; madeiras especiais para cabos de machados, pilão, esteios; envira. Alguns destes recursos - como a cana de flecha, e o barro para os tachos e panelas - se encontram em locais muito distantes da atual aldeia, nas cabeceiras do Ipi xuna e em outros rios.

Não de deterei aqui sobre a divisão do trabalho e o artesanato Araweté (ver, para ambos, Ribeiro s/d.). Quero apenas observar a peculiar permutatividade das tarefas atribuídas a cada sexo (com exceção da caça e do trançado de algodão), pouco usual em sociedades indígenas. É comum se ver homens executando tarefas habitualmente "femininas": fiando, trazendo as crianças pequenas no tóipia de mãe, torrando o milho, etc. Nisto como em tantos outros aspectos da estrutura social, a sociedade Araweté se caracteriza pela pouca formalização e ritualização das relações e papéis sociais, pelo pouco investimento em elabora

ções e distinções no domínio "sociológico" (ao contrário, por exemplo, das sociedades Jê, e levando ao limite uma tendência Tupi-Guarani), pela fluidez e permutabilidade das distinções sociais básicas. Tudo indica que o foco de interesse e o plano estruturante da sociedade Araweté estejam em outra parte: no domínio da religião e da cosmologia, ricas e elaboradas - mas que não se traduzem em rituais e reificações complexos, e sim vivem no plano do discurso. O interesse primordial - no plano transcendente à reprodução da subsistência - dos Araweté é o mundo dos espíritos (há pelo menos 250 espíritos individualizados, ou "especializados", de várias categorias) e a comunicação com estes e com os mortos.

Quanto às suas técnicas de subsistência, não creio em um "nomadismo" recente dos Araweté, nem em uma "incipiência" de sua agricultura. Não há dúvida de que as técnicas agrícolas e o equipamento material Araweté são simples e econômicos, se comparados aos da maioria dos grupos Tupi-Guarani (o mesmo se diga de sua quase nula parafernália cerimonial); e que a caça e a coleta desempenham papel econômico de primeira linha. Contudo, a agricultura Araweté se mostra perfeitamente eficiente no que tange ao provisionamento contínuo de cultígenos básicos, e o rendimento que obtêm de suas roças de milho me parece envolver um profundo conhecimento deste cereal.

O equipamento e o modo de vida dos Araweté, por fim, permite indiscutivelmente ao grupo uma boa mobilidade, o que talvez lhe tenha assegurado a sobrevivência por ocasião dos ataques Kayapó e Parakanã. Sua estrutura social, a meu ver, também se organiza nesta direção. Nada disto, porém, nos autoriza a deduzir um nomadismo. A fixação dos Araweté junto ao Posto da FUNAI, a construção de casas de taipa, a dependência futura de cartuchos para a caça, e de certos produtos komarã que começam a ser introduzidos e solicitados - querosene, fósforos, óleo, sal, cupa, além dos instrumentos de ferro -, tudo isso tende a restringir tal mobilidade, com resultados ainda imprevisíveis para a estrutura social e a cultura Araweté.

O Posto e os Araweté

As instalações do P.I.A. Ipixuna (v. mapa p.30) compreendem: (1) a casa do chefe do P.I.; (2) enfermaria/sala de rádio/residência do atendente de enfermagem; (3) a casa do trabalhador braçal; (4) a casa de farinha; (5) uma casa vazia, atualmente ocupada pelo antropólogo; (6) o abrigo do motor-gerador, depósito de combustível e dos motores dos barcos; (7) um pequeno rancho sem paredes, que serve de "cozinha" do Posto e de ponto de encontro dos índios. Todas estas construções são de taipa e cobertura de babaçu; a casa de farinha é um rancho sem paredes. Em março de 1982, foi iniciada a construção de uma nova sede do P.I. (casa do chefe do Posto) e de uma nova enfermaria, de tábuas de madeira e teto de "brasilit"; instalou-se uma caixa d'água e bomba elétrica²⁰. Em 1981 foi plantada uma roça, pelo braçal e os índios, para abastecer o Posto; ela fica na outra margem, a dez minutos de canoa rio acima. No final daquele ano, iniciou-se a abertura de uma pista de pouso para pequenos aviões, que se encontra quase concluída.

A área do Posto, parcialmente indistinguível dos limites da aldeia, é plantada de pés de fruta (goiaba, caju, limão, mamão); há um bananal "do Posto", próximo. Criam-se algumas galinhas.

A equipe do P.I. compreende: a chefe do Posto (sua esposa e filha pequena); o atendente de enfermagem. O trabalhador braçal e família deixaram a área em março de 1982, não devendo retornar.

Os Araweté dependem do Posto para a obtenção de vários artigos que começam a se tornar indispensáveis - e cujo número aumenta rapidamente: querosene, fósforos, sabão, roupas, óleo de cozinha, sal, açúcar, instrumentos de ferro, cartuchos, remédios, panelas, pratos, colheres, espelhos.

A partir de 1982, começou a vigorar a "cantina reembolsável" no P.I.A. Ipixuna, com uma verba inicial de trezentos mil cruzeiros. Com esta, adquiriram-se espingardas de caça e outros bens. Até então,

(20) O abastecimento de água dos Araweté é feito exclusivamente em cacimbas abertas próximas ao rio ou a igarapés (mapa p.30). A água do rio só é usada para cozinhar. Não sei até que ponto tal costume tenha alguma relação com um tradicional habitat na "terra firme", longe dos grandes rios.

as necessidades e solicitações dos Araweté vinham sendo atendidas através da verba de suprimento do Posto, de maneira razoavelmente satisfatória. Doravante, parte das necessidades dos índios, e sobretudo a satisfação de novas necessidades, dependerão da produção de artesanato a ser comercializado via FUNAI. Tal como vem-se esboçando, esta modalidade de transação se realiza em termos individuais e informais, entre cada índio interessado em determinado objeto (até agora, as armas de caça) e o chefe do Posto, que recebe as peças e as debita numa lista. Não parece haver ainda a preocupação de uma equivalência exata entre peças entregues e objetos adquiridos pelos índios.

Embora a primeira partida de artesanato entregue à Ajudância de Altamira para comercialização tenha dado resultados compensadores (conseguiu-se o dobro da verba inicial da cantina), a produção sistemática de artesanato pelos Araweté - caso venha a ocorrer - está sujeita a alguns riscos. Em primeiro lugar, o elenco de itens comercializáveis é pequeno - a cultura material Araweté é sóbria -, e não me parece apto a alcançar sempre bons preços no mercado. Em certos casos, a utilização em escala comercial das matérias-primas levará à sua escassez: assim a plumária, as redes de algodão. Nesse último caso, poder-se-ia aventar a solução de trazer fio da cidade, para elaboração indígena; mas este é o tipo de "saída" que leva rapidamente à perversão do artesanato e à sua auto-desvalorização cultural. Por fim, na hipótese de produção de artesanato se mostrar medianamente rentável, a "cantina" Araweté poderá levar ao consumo obsessivo e indiscriminado de mercadorias ocidentais, envolvendo os Araweté numa "paixão consumista" suicida e imprevisível.

É desnecessário dizer que não me bato por uma "preservação" dos Araweté em estado "puro", nem penso seria boa mantê-los ou fazê-los retornar ao arco e flecha tout court. Mas vem-me espantando o acelerado ritmo em que novas necessidades vêm-se generalizando, e não sei se o sistema de cantina ("reembolsável"), nas condições de contato recente dos Araweté, e dadas sua cultura material e ethos, é o melhor. De qualquer modo, isto é algo que deve ser examinado com cuidado e reflexão. A produção em pequena escala de itens artesanais pode ser viável, se controlada em seus efeitos.

Pois o ideal - a meu ver mal formulado - de uma "auto-suficiência" das comunidades indígenas assistidas pela FUNAI, isto é, sua "auto-financiabilidade", depende menos, para se realizar, da inserção dos índios numa cadeia comercial que os realimenta continuamente com novas necessidades (e exigências), que na intervenção e acompanhamento atentos do contato, efetuados pela FUNAI e outros especialistas, buscando modular o choque entre duas economias (e mentalidades) mutuamente contraditórias, e evitar a formação do "duplo vínculo" do paternalismo e da exploração.

Para o problema da assistência médico-sanitária aos Araweté, remeto ao relatório do Sr. Frederico Ribeiro (1981), que se mantém atualizado, sobretudo nas medidas que recomenda. As EVS da FUNAI realizam visitas esporádicas ao P.I.A. Ipixuna, mas muitas vezes de forma rápida e pouco produtiva; as dificuldades de transporte fluvial, além disso, levavam à deterioração costumeira das vacinas trazidas. A abertura da pista de pouso deverá sanar tal problema.

A dependência dos Araweté em relação aos remédios e estilos de cura ocidentais - do modo em que estão presentes no Posto - é bastante grande, sem ter chegado a abolir os métodos de cura tradicionais. Ao que parece, os Araweté nunca dispuseram de um complexo terapêutico muito elaborado; de qualquer forma, a pajelança de cura vem operando apenas em casos de difícil tradução para a nosologia ocidental, como as "perdas de alma" das crianças.

Observa-se, outrossim, uma solicitação e consumo indiscriminados e excessivos de medicamentos, e um nível de demanda de atenção dos serviços do atendente (ou de qualquer outro branco) que extrapola de muito as necessidades médicas dos índios, ganhando uma dimensão político-ritual muito clara.

Se isto foi observado com nitidez no caso das atenções médicas, se deve em parte à crise provocada pela epidemia de gripe de 1982, que mergulhou os Araweté numa dependência objetiva e subjetiva muito grande diante dos kamarã; mas já havia sido por mim registrada em 1981, numa fase de boa saúde do grupo. E tal complexo de dependência/hipersolicitação/consumo ritual de bens e serviços é identificável em outras áreas do cotidiano, que não os achaques físicos. Tal complexo é ambíguo, nele entrando algo de agressividade e de

"teste" a que se submete os brancos. Ele pode ter suas raízes históricas imediatas no estilo de "atração" implementado pela Frente Araweté de 1976 a 1980 (que, de resto, não parece ter sido muito diverso do de outras frentes de atração). Mas deriva também, de modo mais profundo e específico, da estrutura social Araweté e do lugar do branco na sua cosmovisão.

A já referida "ausência de centro" da aldeia/sociedade Araweté (pps.29-31), leva o Posto e sua equipe a assumirem, de modo mais ou menos automático (e às vezes contra a vontade), um lugar central na vida política e cotidiana do grupo. A transferência de certas decisões que afetam toda a aldeia, para as mãos "do Posto", parece ter sido encorajada ou bem aceita pelas equipes da FUNAI que atuaram nos Araweté de 1976 para cá, e as constantes crises por que o grupo passou consolidaram esta tendência.

Na medida em que não se pode falar com propriedade em um espaço público-comunal Araweté - pois cada "pátio" pertence a uma seção residencial específica -, a área do Posto e suas instalações (algumas usadas coletivamente para fins produtivos, como a casa de farinha e as canoas) se tornam esse espaço; sucede, porém, que não perdem sua identificação com os kamarã, que continuam como "titulares", donos e disciplinadores destas áreas e recursos. Dá-se então que o espaço coletivo Araweté é ao mesmo tempo "comunal" e dos brancos, que passam assim a exercer um poder eminente sobre toda a sociedade. O "pátio dos brancos" é o "pátio central", que se superimpõe à sociedade Araweté, a unifica e engloba. É assim que se fabrica o poder. Pois se aquilo que é dito ser "de todos os Araweté" (recursos do Posto) é, antes, no tempo e na ordem das causas, "do chefe do P.I.", "do Salomão" (chefe da Ajudância), "da FUNAI", os Araweté, enquanto totalidade, passam a ser determinados e se auto-identificarem a partir de fora, dos brancos.

Tal estrutura é de difícil desmontagem, pois que não depende apenas da boa vontade individual dos funcionários da FUNAI. Ela forma sistema, e talvez, enquanto assenta em boa parte na própria estrutura social Araweté, mostre como e porque os grupos Tupi-Guarani têm-se mostrado muito mais frágeis ao contato que os grupos Jê, por exemplo - sociedades em que a dialética

auto-constitutiva é interna, e passa por um centro (físico, político e cerimonial), do qual os brancos estão excluídos.

Nestas condições, sou do parecer que, a par da necessidade sine qua non da demarcação urgente e correta das terras Araweté, faz-se também necessário um estudo em profundidade dos mecanismos sócio-culturais do contato Araweté-brancos.

A ÁREA ARAWETÉ: SEUS LIMITES

Propostas anteriores

Em fevereiro de 1979 o sr. Salomão Santos, chefe da Ajudância de Altamira, apresentou aos órgãos competentes da FUNAI uma proposta de criação da Reserva Araweté (vide Processo FUNAI/BSB/0707/79), englobando a área tradicional e atual dos Araweté - cabeceiras do Bacajá, margens dos igarapés Jatobá, Bom Jardim, Canafístula e Ipixuna.

Em novembro de 1979, o Grupo de Trabalho criado pela Portaria 627/E de 15/10/79, integrado pelos servidores J. Jaime Mancin, Regina P. Müller, Salomão Santos, José Batista da Silva e Raimundo Alves, apresentou à FUNAI uma proposta de demarcação conjunta das áreas indígenas Koatinemo-Ipixuna-Bacajá (Asuriní-Araweté-Xikrin). Essa área contínua, que englobava todo o interflúvio Xingu-Bacajá, da altura aproximada de Piranhaquara até o Bom Jardim, no Xingu, e todo o rio Bacajá a partir do igarapé Dois Irmãos, incluía ainda o território de possíveis índios arredios (provavelmente Parakanã), na região das cabeceiras e médio curso do igarapé Branco de Cima, afluente da margem esquerda do Bacajá (ver Müller et al. 1979, pps. 50-51 e mapa, para a descrição detalhada da área).

Tal proposta de eleição-demarcação de área apresentava a vantagem de não deixar "corredor" entre as áreas dos índios do Xingu (Asuriní e Araweté) e os Xikrin do Bacajá, o que poderia facilitar invasões, e de incluir o território de índios ainda desconhecidos. Levava ainda em consideração a substancial diminuição das áreas indígenas Asuriní e Araweté com a inundação a ser provocada pelo aproveitamento hidrelétrico da bacia do Xingu.

Não obstante, talvez devido à extensão da área total pro

posta (2.332.850 ha., dos quais 198.725 ha. serão inundados), este projeto não conseguiu se efetivar, de 1979 até hoje - apesar de, a meu ver, ser o mais adequado para a proteção dos territórios das populações indígenas da região.

Situação atual do território Araweté

O território Araweté, nos últimos vinte anos, compreende as bacias dos rios Bom Jardim, Canafístula, Jatobá, Ipixuna e Piranhaquara, de baixo curso até às cabeceiras. A área mais densamente explorada pelos índios, nas condições presentes, compreende uma faixa de cerca de sessenta quilômetros de largura, que se estende da foz às cabeceiras do Ipixuna; isto é, inclui terras na área dos rios Bom Jardim, Jatobá e Piranhaquara. As cabeceiras do Ipixuna e, de modo mais geral, o lado ocidental do divisor de águas Xingu-Bacajá, constituem a área-limite a Leste do território Araweté. Na medida das informações de que disponho, os Araweté há muito não têm cruzado o divisor Xingu-Bacajá, nem se aventurado além das margens esquerda do Bom Jardim e direita do Piranhaquara. Embora, a meu parecer, a área histórica dos Araweté se encontrasse na bacia do Bacajá (alto e médio curso), os conflitos com grupos inimigos os deslocaram definitivamente para a margem direita do Xingu.

Tal área não apresenta, no momento, nenhuma invasão ou ocupação de monta. Os únicos não-Araweté ali residentes são alguns "beiradeiros", isto é, pequenos camponeses marginais e seringueiros - em sua maioria aviados pelo sr. José Nunes, de Altamira, que possui um regatão e lhes compra a borracha; este "patrão", porém, não parece alegar nenhuma espécie de direito sobre as terras entre o Piranhaquara e o Bom Jardim. O levantamento feito em 1979 pelo Grupo de Trabalho da FUNAI (Müller et al. 1979, apêndice) registra 19 ocupantes do "beiradão" na margem direita do Xingu, nas áreas Araweté e Asuriní. Segundo informações do sr. Alense, morador localizado na foz do Ipixuna (e único "beiradeiro" com quem os Araweté mantêm contato), a margem direita do Xingu entre o Piranhaquara e o Bom Jardim contaria hoje com apenas 12 ocupantes.

Seu de parecer que, desde que mantenham o nível atual de ocupação e exploração do território Araweté, tais moradores não oferecem nenhuma ameaça à integridade territorial, física ou cultural dos Araweté. A maioria, pelo que sei, está ciente de que ocupam "terra dos índios".

Obtive, na área, informações de que a IMAPA S.A., madeireira que vem operando na região de S. Félix de Xingu, estaria-se preparando para extrair mogno na região de Bom Jardim. Não fui capaz de confirmar isto. Tive notícia, ainda, de uma "entrada" de cerca de 60 homens, vindos de Xinguara via S. Félix de Xingu, até o alto curso de Bom Jardim, pesquisando ocorrências de metais preciosos (ouro). Isto se deu em janeiro de 1982.

Conforme o relatório do GT-FUNAI de 1979 (Müller et al. 1979, pps.48-49), inexistem quaisquer atividades do INCRA - projetos de colonização e discriminação fundiária - na área Araweté; isto embora parte das terras em questão estejam sob a jurisdição do Projeto Fundiário do INCRA (Altamira), e parte sob jurisdição do ITERPA; neste último caso se inclui a maior parte das terras Araweté.

Tramita ainda na Comarca de Altamira (Juizado de Direito) um processo de Ação de Usucapião sobre glebas na área Araweté. O requerente, pelo que pude saber em Altamira, é o sr. Cícero Maia, antigo "patrão" dos caçadores de pele que operavam no Ipixuna. A ação ainda não foi concluída.

Não tenho notícia de nenhuma invasão na parte oriental do território Araweté (divisor de águas Xingu-Bacajá). No entanto, estou informado da presença de prospectores de minério na Serra do Bacajá, em região provavelmente ao norte-leste da área Araweté. Eles ali penetram através dos igarapés da margem esquerda do Bacajá. Em conversa com um prospector, em Altamira, este me informou ter tido contato visual com um grupo de índios arredios a cerca de 30 quilômetros da cabeceira de Itatá, ao norte.

Embora pertencendo ao município de Senador José Porfírio (cuja população, segundo o censo de 1980, é de 6.565 pessoas, das quais apenas 819 na sede municipal - o que lhe dá uma densidade de 0,19 hab./km²), os dois grandes pólos de influência sobre a área Araweté são as cidades/sedes municipais de Altamira, a noroeste,

e de S.Félix do Xingu, ao sul (o rio Bom Jardim/São José é divisa intermunicipal Sen.J.Porfírio/S.Félix). A primeira cidade, que cresceu vertiginosamente a partir da implantação da Transamazônica, é sede da Ajudância da FUNAI a que o P.I.A.Ipixuna está diretamente subordinado. A segunda é hoje uma das cidades de mais rápido crescimento no Pará, e o município é área crítica de expansão de fronteira. Ele é sede de intensa atividade mineradora (ouro e cassiterita, sobretudo), autônoma e empresarial, e de alguns grandes projetos agropecuários e fazendas. Com a estrada S.Félix-Redenção, em fase de conclusão, o perigo de penetrações na parte sul da área Araweté aumentará muito. As fronteiras Sul e Leste do território Araweté (ver adiante) se constituem, de fato, nos pontos mais vulneráveis.

Segundo os dados do mapa da FUNAI anexo, a implantação do complexo hidrelétrico do Xingu inundará uma área de 124.150 ha. dentro do território Araweté (de um total de 198.725 ha. nas áreas Asuriní e Araweté; Müller *et al.* 1979, p.49, no entanto, menciona 300.000 ha. segundo dados do CNEC). Segundo Aspelin & Santos (1981, pps. 104-117), o Projeto Hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu será provavelmente implantado em 1992, segundo as diretrizes da "Alternativa B" - nove barragens e cinco reservatórios no Xingu e Iriri. Nesse caso, a represa de Carajás, a ser construída 20 quilômetros acima da foz do Ipixuna (Lat.4°52' Sul), irá acarretar a entrada maciça de trabalhadores na área Araweté, com consequências imprevisíveis para a população indígena. A alternativa "A", segundo os mapas da Eletronorte, supõe a construção de uma barragem mais ao sul, na altura do rio Bom Jardim (S.José); a área inundada, porém, seria bem maior.

Seja qual for a alternativa a ser implementada, todo o médio-baixo curso do Ipixuna, e a atual aldeia Araweté, serão inundados, causando uma perda substancial de seu território e efeitos ecológicos desconhecidos.

A região Araweté está ainda na área de influência do Projeto Carajás (ver Programa Grande Carajás 1981). Nos mapas oficiais do Programa - que indicam os recursos minerais, a aptidão

agrícola das terras, propõem o zoneamento agrícola - a existência dos Araweté sequer é indicada. A intensa atividade mineradora na região de Carajás, não muito distante da área Araweté, poderá acarretar profundas transformações no contexto de sobrevivência desta população.

“ Eis então que, neste contexto, a demarcação de uma área adequada para os Araweté ainda é possível, mais que necessária, e urgente.

Os Limites da Área Araweté

Tendo em vista a possibilidade da demarcação conjunta e simultânea das áreas Asuriní e Araweté - tribos que ocupam efetivamente territórios contíguos -, ^{EVC Propõe} ~~propõem~~, a partir de entendimentos com a antropóloga Regina P. Müller, do DGO/FUNAI - responsável pela proposta de demarcação da área Asuriní -, que o limite Norte da área Araweté coincida com o limite Sul-Sudeste da área Asuriní. Esta solução, além de implicar em considerável economia nos trabalhos de demarcação efetiva, impede a formação de "quistos" dentro do território tradicional de ambos os grupos, e permite uma possível comunicação e intercâmbio entre eles.

Propõe ainda, como limite Leste, que se acompanhe na medida do possível o divisor de águas Xingu-Bacajá, das cabeceiras do Bom Jardim, ao sul, à cabeceira do afluente esquerdo do Ipiaçava proposto por Müller como limite Leste da área Asuriní (ver Mapas I e II, anexos). Esta solução protege integralmente as cabeceiras do Ipixuna e do Piranhaquara; inclui ainda a linha seca que faz o limite Sudeste da área Asuriní, dentro de um território indígena contínuo. A meu ver, qualquer outra solução, que proponha simplesmente ligar os pontos dos mapas indicados como cabeceiras do Ipixuna, Bom Jardim, Piranhaquara e Ipiaçava, é francamente desaconselhável. Não só por excluir porções de território efetivamente exploradas pelos Araweté, como por expor as cabeceiras dos rios - de difícil localização em termos exatos, como se sabe - a invasões e desmatamentos.

Nestas circunstâncias, ^{se considerando o território indígena} ~~e considerando tudo o que foi apresentado~~ neste relatório, passo a descrever a área dos índios Araweté:

LIMITE NORTE: Inicia-se no Ponto 23 de coordenadas aproximadas $04^{\circ}08'00''$ S e $52^{\circ}36'30''$ W, situado na foz do rio Piranhaquara (margem esquerda); daí seguindo este rio no sentido montante até sua cabeceira no Ponto 4-C, de coordenadas aproximadas $04^{\circ}48'00''$ S e $52^{\circ}12'00''$ W; daí, seguindo por uma linha reta de comprimento aproximado 28,75 Km. até o Ponto 4-B, situado na cabeceira de um afluente sem nome de Ipiaçava, e de coordenadas aproximadas $04^{\circ}37'30''$ S e $52^{\circ}00'30''$ W.

// LIMITE LESTE: Do Ponto 4-B seguindo por uma linha reta de aproximadamente 91,25 km até o Ponto 21, situado na cabeceira do rio Bom Jardim (São José), de coordenadas aproximadas $05^{\circ}27'20''$ S e $52^{\circ}01'00''$ W.

LIMITE SUL: Do Ponto 21 seguindo pela margem direita do Rio Bom Jardim, no sentido jusante, até sua confluência com o Rio Xingu no Ponto 22, de coordenadas aproximadas $05^{\circ}30'20''$ S e $52^{\circ}41'00''$ W.

LIMITE OESTE: Daí, seguindo pelo Rio Xingu, no sentido jusante pela sua margem direita, até encontrar o Ponto 23, inicial do presente descritivo. (Carta 1982: 113 48-53)

Esta descrição está baseada nos mapas elaborados pela FUNAI, em anexo (I: área Araweté; II: áreas Asuriní e Araweté).

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1982.

Eduardo Batalha Viveiros de Castro
Eduardo Batalha Viveiros de Castro

Professor-assistente

Museu Nacional-UFRJ

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, R. - 1973 - "Relatório da frente de atração do igarapé Ipixuna. 10 de dezembro de 1973". Altamira, xerox. citada em Arnaud 1978.
- ARNAUD, E. - 1978 - Notícia sobre os índios Araweté, rio Xingu, Pará. Bel.Mus.Pa.E.Goeldi, N.S., Antropologia, nº71. Belém.
- ARNAUD, E. & GALVÃO, E. ¹⁹⁶⁹ - Notícia sobre os índios Anambé (rio Caiari, Pará). Bel.Mus.Pa.E.Goeldi, N.S., Antropologia, nº42. Belém.
- ASPELIN, P.L. & SANTOS, S.C. dos - 1981 - Indian Areas Threatened by Hydroelectric Projects in Brazil. IWGIA Document 44. Copenhagen.
- CARVALHO, J.E. - 1977 - Diário da Frente de atração do Ipixuna (27/05/76 a 17/11/77). Manuscrito.
- LARAIA, R. & Da MATTA, R. - 1967 - Índios e Castanheiros. DIFEL. São Paulo.
- MULLER, R. et alii - 1979 - Eleição das áreas indígenas Keatinemo-Ipixuna-Bacajá/Grupos indígenas Assuriní-Araweté-Xikrin. Relatório de Grupo de Trabalho (Portaria 627/E de 15/10/79) MINTER/FUNAI. Brasília.(datil.)
- NIMUENDAJU, C. - 1932 - Idiomas indígenas del Brasil. Rev. Inst. Etnol. Univ. Nac. Tucumán, vol.2.
- 1948 - "The Amanayé", "Little-known tribes of the lower Tocantins River region", "Tribes of the lower and middle Xingú River". In: Steward, J. (ed.), Handbook of Southamerican Indians vol.3 (The Tropical Forest Tribes). Smithsonian Institution/Bureau of American Ethnology, bulletin 143. Washington D.C.
- NIMUENDAJU, C./IBGE - 1980 - Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju.

- OLIVEIRA, A.E.de - 1970 - Os Índios Jurúna do Alto Xingu.
Dédalo 11-12 (Museu de Arqueologia e Etnologia/USP).
São Paulo.
- PROGRAMA GRANDE CARAJÁS 1981 (Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás).
- RIBEIRO, B. - s/d. - Araweté: a índia vestida. Rio de Janeiro.
(datil.)
- RIBEIRO, F. - 1981 - Relatório médico - índios Araweté. P.I.A.
Ipixuna, junho de 1981. (datil.)
- RODRIGUES, A. - 1964 - A Classificação de tronco linguístico
Tupi. Revista de Antropologia 12 (1,2), jan.-dez.
1964. São Paulo.
- SEGER, A. & VIVEIROS DE CASTRO, E. - 1979 - Terras e territó-
rios indígenas no Brasil. Encontros com a Civilização
Brasileira, 12 (junho 1979). Rio de Janeiro.
- STEWART, J. - 1948 - "Culture Areas of the Tropical Forests".
In: Steward, J. (ed.), Handbook of Southamerican
Indians vol.3 (The Tropical Forest Tribes).
Smithsonian Institution/Bureau of American Ethnology,
bulletin 143. Washington D.C.
- VIDAL, L. - 1977 - Morte e Vida de uma Sociedade Indígena Bra-
sileira. Hucitec/EDUSP. São Paulo.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. - 1981 - Relatório... ao Conselho Nacional
de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
Rio de Janeiro. (datil.)